

NUN'ÁLVARES: SÍMBOLO E MITO NOS SÉCULOS XIX E XX

ERNESTO CASTRO LEAL *

1. Introdução

Joaquim Pedro de Oliveira Martins estabeleceu na política portuguesa uma *galeria dos homens típicos*, entre finais do século XIV e finais do século XVI, exprimindo a personalidade representativa escolhida uma individualização da cadeia de gerações que se sucedem, produto, segundo a sua interpretação, da “seiva da árvore nacional” que “alimentava uma vegetação pujante”: Nun'Álvares, “o Messias da pátria portuguesa”, os filhos de D. João I, D. João II, Afonso de Albuquerque e D. Sebastião, “um Nun'Álvares póstumo”¹. Cada um desses símbolos, a seu modo, podia, na leitura martiniana, transportar para o presente uma exemplaridade ética e política patriótica, posição partilhada pelo seu amigo Eça de Queiroz: “(...) têm sido os *Filhos de D. João I*, e agora o *Nun'Álvares* que me têm feito patriota. Tu reconstróis a Pátria, e ressuscitas, com esses livros, o sentimento esquecido da Pátria. E não é pequeno feito *reaportuguesar* Portugal (...)”².

Uma das figuras incorporadas nesse painel do heroísmo português, sujeita embora ao longo do tempo a leituras diferentes – como se observará ao longo deste artigo³ –, foi D. Nuno Álvares Pereira, Condestável

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹ Oliveira Martins, *A Vida de Nun'Álvares. História do estabelecimento da dinastia de Avis* [1893], Porto, Lello & Irmão-Editores, 1983, p. 6.

² Carta de Eça de Queiroz a Oliveira Martins, enviada de Paris, com data de 26 de Abril de 1894, in *Eça de Queiroz. Correspondência*. Leitura, coordenação, prefácio e notas de Guilherme de Castilho, 2º volume, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, p. 315. Oliveira Martins morreria quatro meses depois, a 24 de Agosto de 1894.

³ O presente artigo selecciona e aprofunda alguns temas e interpretações constantes

do Reino bem sucedido, avaliador cauteloso das circunstâncias antes da tomada de decisão, portador de uma eficaz ideia de chefia. Protagonizaria todas as “potencialidades estratégicas” que afluíram na “opção nacional atlântica” e, ao mesmo tempo que garantia a independência política da Nação, dava um importante contributo para a formulação de um projecto nacional cuja viabilidade na época dependia muito do equilíbrio geopolítico entre a componente continental e uma componente atlântica⁴.

Às dimensões militar de *herói* e civil de *político*, acrescentar-se-ia a dimensão religiosa de *santo*, aurida como frade da Ordem dos Carmelitas Calçados, dentro do Convento de Nossa Senhora do Vencimento do Monte do Carmo, em Lisboa, que ele próprio mandara construir muito provavelmente em louvor da vitória de Valverde. Alguns anos depois da sua morte, por volta de 1460-1470, Nun'Álvares tinha já culto nessa Ordem, e por iniciativa de D. Afonso V (*Agiolégio lusitano dos santos e varões ilustres*, de Jorge Cardoso, 1668) ou de D. Duarte (*Crónica dos Carmelitas*, de Frei José Pereira de Santana, 1745) foi mandado lavrar em prata uma lâmpada que se conservou permanentemente acesa sobre a sepultura, localizada na capela-mor do Convento do Carmo. Tais ocorrências permitiram o surgimento de um forte culto de religiosidade popular à sua santidade, fora das normas canónicas mas tolerado, que se traduzia em peregrinações religiosas e romarias festivas ao Convento.

No calendário desse culto, ao qual a crença popular foi atribuindo curas, aparições e ressurreições de mortos, a principal festa anual tinha lugar a 1 de Novembro, dia de Todos-os-Santos, daí a convicção generalizada do seu falecimento nessa data, ocorrido quase seguramente a 1 de Abril de 1431. Mas também na oitava da Páscoa acontecia uma peregrinação de mulheres de Lisboa; na oitava do Pentecostes iam pescadores do Restelo e Belém; a 24 de Junho, dia de São João e do nascimento de Nun'Álvares, era a vez de lavradores dos arredores de Lisboa e do Ribatejo; e a 15 de Agosto, dia da Assunção de Nossa Senhora em que

do capítulo II (“O símbolo social Nuno Álvares”) da minha dissertação de Doutoramento em Letras (História Contemporânea), entretanto editada com algumas alterações – cf. Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do “Estado Novo” (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, pp. 49-89 (“Nuno Álvares: memória e símbolo”).

⁴ Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e linhas de força. Estudo de geopolítica*, s.l.[Lisboa], Instituto da Defesa Nacional, s.d.[1987], pp. 31-69; Idem, *Portugal: um destino histórico*, Separata das 1^a Jornadas Académicas de História da Espanha e de Portugal, Lisboa, Academia Portuguesa da História, MCMXC, pp. 263-318.

Nun'Álvares professou, os de Almada. Igualmente os conventos dos Carmelitas irradiaram pelo País (e no estrangeiro) práticas culturais e numerosas igrejas e capelas tiveram altares a si consagrados, com destaque para os que se situavam em Lisboa e arredores, Cernache do Bom Jardim e Sertão, Avis e Moura.

A piedade popular ao *Santo Condestabre* ou ao *Conde Santo* manteve-se até ao século XVI, restando durante o domínio filipino, quando surgiu o mito dinâmico do Sebastianismo, no qual, em finais do século XIX, o símbolo de Nun'Álvares se incorporará ⁵. Após a Restauração de 1640 foram feitas, sem sucesso, duas súplicas à Santa Sé para a sua beatificação: em 1641, por D. João IV, e em 1674, por D. Pedro II. Apesar da significativa projecção do culto litúrgico na diocese de Lisboa, durante o reinado de D. João V, a causa da beatificação estava praticamente suspensa. Em meados do século XIX ressurgiu o processo, incentivado pelos Carmelitas. Inseriu-se nessa dinâmica a elaboração da *Memória sobre a Fase Cristã do Grande Condestável D. Nuno Álvares Pereira*, solicitada pelo Vigário-Geral da Ordem dos Carmelitas Calçados, Frei Ângelo Savini, ao Padre José António da Conceição Vieira, que se publicou em 1871. Os trâmites legais para a beatificação desenvolveram-se a partir de 1894, com a constituição do tribunal, audiência de testemunhas e exame de documentos. Depois de vários contratempos (morte do notário e do promotor, mudança de juízes, resignação do Cardeal-Patriarca D. José Sebastião Neto), em 7 de Março de 1914 o arcebispo de Mitilene, D. José Alves de Matos, como juiz-delegado, deu a sentença final sobre o culto imemorial e contínuo prestado a Frei Nuno de Santa Maria. Foi promotor do processo o Dr. Dinis de Carvalho e notário o cônego Dr. José Pereira dos Reis.

A Congregação dos Ritos, a 15 de Janeiro de 1918, após analisar o relatório feito pelo cardeal proponente, D. Vicente Vanutelli (antigo Núncio Apostólico em Lisboa), reconheceu finalmente o culto. O Papa Bento XV, a 23 de Janeiro seguinte, ratificou a sentença, tornando-a pública pelo decreto *Clementissimus Deus*, e aprovou a missa e o ofício da festa ao Beato Nuno de Santa Maria para o dia 6 de Novembro ⁶. Não há dúvida

⁵ Para uma análise histórica da construção e evolução do mito sebastianista, cf. João Medina, "O Sebastianismo – exame crítico dum mito português", *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias* (Direcção de João Medina), vol. VI, *Judaísmo, Inquisição e Sebastianismo*, Alfragide, Ediclube, s.d. [1993], pp. 251-386.

⁶ Para a historicidade do culto popular e dos processos para a beatificação, cf., entre outros, Padre José António da Conceição Vieira, *Memória sobre a fase cristã do grande condestável D. Nuno Álvares Pereira*, Lisboa, [Tipografia de Sousa & Filho], 1871; Dr. Pereira

que a beatificação de Joana d'Arc em 1909 – venerada a 30 de Maio, canonizada em 1920 e declarada padroeira da França em 1922 – foi um importante estímulo para a beatificação de Nun'Álvares e subsequente culto oficial.

O discurso promotor do culto a Nun'Álvares adquiriu novas qualidades públicas com as iniciativas da Juventude Católica de Lisboa, organização que teve a sua sessão inaugural a 17 de Julho de 1909⁷. Entre as mais importantes práticas comemoracionistas católicas, saliente-se as que decorreram a 1 de Novembro de 1909, 1 de Novembro de 1910 (com excursão a Aljubarrota), 14 de Agosto de 1915, 5 de Novembro de 1916, 24 de Julho de 1917, em Lisboa, e as grandes celebrações nacionais de 7 de Novembro de 1915. Foi Álvaro Alfredo Zuzarte de Mendonça, primeiro, com o artigo “Um Símbolo”, em 7 de Setembro de 1913⁸, depois, com a proposta apresentada ao II Congresso da Juventude Católica Portuguesa (Porto, 2/3 de Maio de 1914) para que se fizesse anualmente uma “festa cívica em honra de Nuno Álvares Pereira”⁹, o grande dinamizador do culto público religioso ao Santo Condestável.

A convergência dos católicos com os monárquicos em torno do cultualismo cívico a Nun'Álvares, nestes primórdios da I República, revestiu um claro sentido de resistência político-religiosa à prática vigente de republicanização laicista do Estado e da sociedade. Não admira, portanto, que esses sectores divulgassem uma representação ideológica e moral

dos Reis, *O Santo Condestabre*, Lisboa, [Tipografia Portuguesa], 1916; Padre Valério A. [Aleixo] Cordeiro, *Vida do Beato Nuno Álvares Pereira (Santo Condestável)*, Lisboa, Edição da Livraria Católica, 1919; “Decreto da Diocese de Lisboa. Confirmação do culto prestado desde tempos imemoriais ao servo de Deus Nuno Álvares Pereira, leigo, professo, da Ordem dos Carmelitas Calçados chamado beato e santo” [Decreto de 15-I-1918], in Padre Francisco C. [Coelho] R. [Ribeiro] de Abranches, *Beato Nuno de Santa Maria ou Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*, Coimbra, Coimbra Editora, 1924, pp. XXIX-XXXVII; Padre A. Alberto Gonçalves, *O Beato Frei Nuno de Santa Maria (D. Nuno Álvares Pereira)*, Angra do Heroísmo, Livraria Editora Andrade, 1932; D. José Alves Correia da Silva, *Pastoral sobre o culto do Beato Nuno de Santa Maria na Diocese de Leiria*, Leiria, [Oficinas da Gráfica], 1949; “PEREIRA, Beato Nun'Álvares”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXI, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s.d., pp. 163-176; Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, 2ª ed., tomo IV, Porto, Livraria Civilização Editora, 1971, p. 471.

⁷ *A Juventude Católica de Lisboa. Notícia acerca da sua fundação, trabalhos e iniciativas*, Lisboa, [Empresa Tipográfica Rosa Lda.], 1920.

⁸ Zuzarte de Mendonça, “Um Símbolo”, *A Voz da Juventude*, Lisboa, 2ª série, ano I, nº 29, 7-IX-1913, p. 1.

⁹ *Ibidem*, ano II, nº 42, 10-V-1914, p. 2.

onde se valorizava as dimensões de “vencedor heróico”, de “condestável santo”, de “monge piedoso”, de “nobre pelo sangue e pelo carácter”, como foi sintomaticamente qualificado por Zuzarte de Mendonça no referido artigo de 1913. O republicano evolucionista Faustino da Fonseca advertiu pouco tempo depois para que não se promovesse, em resposta, uma espécie de republicanização de Nun'Álvares, à imagem do que tinha sido feito com Camões a partir de 1880, pois uma “democracia só é viável fundada na verdade e na sinceridade”, tornando-se “necessário discutir essa figura” e não alimentar “lendas”¹⁰.

Em Outubro de 1913, o diário *O Século* promoveu um original (e cremos único) inquérito a vinte e nove elementos da elite republicana, sob a seguinte pergunta: “Qual é a mais bela figura da História Portuguesa?”. O maior número de respostas concentraram-se em Nun'Álvares (oito) – Ferreira da Silva, Alfredo Pimenta (não esquece Camões), Amílcar Ramada Curto (também indicou D. Filipa de Vilhena), Luís Simões Raposo, Manuel de Sousa Pinto, Tomás da Fonseca, Henrique Trindade Coelho (também indicou Soror Mariana), Marcelino Mesquita (também indicou Afonso de Albuquerque); Infante D. Henrique (quatro) – José de Figueiredo, Júlio Dantas, Alexandre Soares, Vítor Macedo Pinto; Afonso de Albuquerque (quatro) – José Simas Machado, Fernando de Macedo, Pires Avelanoso, Marcelino Mesquita (também indicou Nuno Álvares); D. João II (dois) – João de Barros, António Maria da Silva (também indicou o Marquês de Pombal); D. João de Castro (dois) – António Machado Santos, João Gonçalves. Noutros inquiridos há uma multiplicidade de escolhas individuais, como, por exemplo, D. Dinis (Teófilo Braga), João das Regras (Afonso Gaio), Camões (Artur Luz de Almeida).

Entre as justificações para a escolha de Nun'Álvares, encontramos desde as que o consideram a encarnação da “velha alma portuguesa: fé, valentia, bondade, cavalheirismo” (Ferreira da Silva), o símbolo da “fé, amor da Pátria, sonho” (Ramada Curto), até aos que lhe atribuem uma grandiosidade que “paira sobre a Pátria” (Alfredo Pimenta) ou a qualidade de “génio das batalhas, símbolo da fé cristã” (Simões Raposo), de “puro” (Tomás da Fonseca), de “guerreiro” (Trindade Coelho), de exemplo de “lealdade e de patriotismo” (Sousa Pinto)¹¹.

António José de Almeida (Presidente do Ministério) fez uma importante evocação de Nun'Álvares durante o primeiro comício patriótico promovido

¹⁰ *O Século*, Lisboa, trigésimo terceiro ano, nº 11452, 27-X-1913, p. 1.

¹¹ *Ibidem*, trigésimo terceiro ano, nº 11446, 21-X-1913, pp. 5-6.

pelo Ministério diante do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha, a 24 de Agosto de 1916, dentro do contexto da entrada de Portugal na Primeira Grande Guerra. Aí, conforme reportagem narrada por *O Século*, António José de Almeida, evocando o exemplo vencedor de 14 de Agosto de 1385, afirmou: “Naquele templo maravilhoso inscreveu-se com a ponta ensanguentada da espada o primeiro registo civil da independência de Portugal. O Cristo que se venera naquela igreja não é só o Cristo dos católicos, mas também é o Cristo companheiro e irmão de Nun’Álvares Pereira. Vamos para a guerra. Este gigante que se chama Portugal está de novo pronto a tercer a sua espada (...)”¹². Para além das construções memoriais fundadas em regionalismos ideológicos, morais ou políticos, este discurso de Estado mostrou a necessidade de se criar uma convergência nacional interpretativa sobre um dos símbolos mobilizadores mais fortes da memória da Nação.

Todo o dispositivo litúrgico apoteótico – popular, oficial, publicista –, desenvolvido desde os inícios do século XVI até meados do século XX, provocou o aparecimento de múltiplas representações e práticas ligadas ao heroísmo, à santidade e até ao misticismo de Nun’Álvares¹³. O que de seguida se intenta abordar são alguns “lugares de memória” – funcionais (literatura, história, arte e associações), monumentais (panteonização) e simbólicos (culto religioso e culto cívico) –, com particular incidência para o período medeado entre os anos 70 de Oitocentos e os anos 50 de Novecentos.

2. Literatura e História

A construção literária e histórica da memória de D. Nuno Álvares Pereira ocupou, desde a sua morte em 1431, um lugar insistente na vida cultural e política portuguesa, onde não deixaram de se fixar imagens contraditórias, dando origem até, no século XX, a alguma controvérsia pública. Se a condição de “homem militar” vencedor (herói) é consensual, já o mesmo não se passa com as condições de “homem religioso” (santo) ou a de “homem político” (que ousa “concorrer” com o Rei).

¹² *Ibidem*, trigésimo sexto ano, nº 12471, 25-VIII-1916, p. 2.

¹³ Para um arrolamento dos livros e opúsculos mais significativos, de meados do século XIX a meados do século XX, cf. Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos ...*, pp. 409-412. A partir da década de 60 do século XX, deve destacar-se o opúsculo de D. António dos Reis Rodrigues, *Nun’Álvares, Condestável e Santo* (3ª ed., Grifo-Editores e Livreiros Lda, 1999; 1ª ed., 1961; 2ª ed., 1985).

A primeira representação literária exprimiu-se na *Crónica do condestabre de Portugal Nuno Álvares Pereira*, de autor anónimo, publicada pela primeira vez em 1526 mas escrita entre 1431 e 1443 ¹⁴, pois Fernão Lopes dela se serviu para a elaboração da *Crónica de D. João I*, onde se desenvolveu uma segunda representação de Nuno Álvares Pereira. Configuram, por conseguinte, essas duas Crónicas, escritas no século XV, o momento fundador da memória histórica e da memória mítica do cavaleiro e do religioso. Apesar de serem ambas devedoras de um princípio de “crónica como epopeia”, na primeira, configurou-se um género narrativo híbrido, entre a “crónica senhorial” e a “crónica religiosa”, com a dominância de uma “história individual” que visava, de facto, construir a memória fundadora da Casa de Bragança; na segunda, estabeleceu-se o género narrativo de “crónica régia”, com a correspondente prevalescência de uma “história institucional” ao serviço da legitimação dinástica da Casa de Avis (a Casa Real).

Na *Crónica do Condestabre*, seguindo o pensamento de José Mattoso, fica disponível o exemplo de Nun'Álvares como modelo de jovem cavaleiro de famílias nobres que, por força da reconstituição das linhagens, não podia herdar, devendo então dedicar-se à cavalaria ¹⁵; na *Crónica de D. João I*, di-lo Luís de Sousa Rebelo, pretendeu-se, por sua vez, a justificação do acesso ao poder real pelo Mestre de Avis, recorrendo às argumentações ético-políticas, jurídicas e providenciais ¹⁶. As duas Crónicas estavam percorridas pela mesma estratégia discursiva para fundamentar a “autoridade carismática” do “messias”. A diferença está em que Nun'Álvares (“cavaleiro santo”) passa de “messias” na *Crónica do Condestabre* para “apóstolo” (comparado a São Pedro) na *Crónica de D. João I*, onde o Mestre de Avis (comparado a Jesus Cristo) corporizava agora o “messias”. Este aspecto é fundamental para compreender alguns tópicos das leituras controversas de Nun'Álvares, em particular das que se produziram desde meados do século XIX.

A *Crónica do Condestabre* promoveu uma narrativa hagiográfica dos sucessos militares e das virtudes morais de Nun'Álvares – numa aproximação

¹⁴ Cf. *Estoria de Dom Nuno Alvarez Pereyra*. Edição crítica da “Coronica do Condestabre”, com introdução, notas e glossário de Adelino de Almeida Calado, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1991.

¹⁵ José Mattoso, “Pereira, Nuno Álvares”, *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, vol. II, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, p. 102.

¹⁶ Luís de Sousa Rebelo, *A Concepção do Poder em Fernão Lopes*, Lisboa, Livros Horizonte, s.d. [1983].

ao herói Galaaz, modelo literário de cavaleiro perfeito que se revela na *Demanda do Santo Graal* –, ressaltando atitudes e valores como o heroísmo militar, a devoção cristã, a fidelidade ao rei, o companheirismo com os soldados, a recusa de casar segunda vez e o recolhimento monástico. Esta imagem também foi difundida por Fernão Lopes, dentro da convicção assumida para perpetuar a glória dos feitos dignos de servirem de exemplo. No entanto, como assinalam António José Saraiva e Óscar Lopes, o Nun'Álvares da *Crónica do Condestabre* diverge por vezes do Nun'Álvares da *Crónica de D. João I*: "(...) este último figura mais idealizado e transfigurado pela lenda; aquele aparece-nos sujeito a fraquezas e crises que Fernão Lopes omitiu e que o fazem mais humano. Por outro lado, a *Crónica do Condestabre* tem um carácter menos polémico que as de Fernão Lopes e relata certos desaires dos Portugueses durante a guerra com Castela omitidos ou desmentidos por Fernão Lopes (...)"¹⁷. Recentemente, Teresa Amado estudou profundamente as práticas intertextuais entre as duas Crónicas, convergiu com essa mesma análise e desenvolveu-a¹⁸.

D. Duarte deixou no "manual" de educação do carácter dirigido a príncipes, senhores e notáveis, que é o *Leal Conselheiro*, acabado de redigir muito provavelmente em 1438, uma importante evocação de Nun'Álvares a propósito do bom uso da prudência: "(...) aquele Santo Condestabre, quando por aficados requerimentos lhe mostravam que era muito obrigado ou havia grande razão de fazer alguma cousa donde sentia que desgovernança de seu bom estado se podia seguir, respondia que todo o mundo era cheio de razão, mas que outra mais forte não era que fazer cada um o que bem podia, porque mais não devia (...)"¹⁹. Outro momento-chave da representação literária de Nun'Álvares foi dado por Francisco Rodrigues Lobo, com o poema épico, em 20 cantos, *O Condestabre de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*, publicado em 1609, numa clara intenção de resistência nacional ao Castelhana, obra que teve novas edições em 1610, 1627 e 1785.

Durante a primeira metade do século XVIII surgiram duas biografias, no mesmo ano de 1723, sem acrescentar algo de novo – uma, em português, da autoria de Frei Domingos Teixeira (*Vida de D. Nuno Álvares*

¹⁷ António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 10ª ed., corrigida e actualizada, Porto, Porto Editora, 1978, pp. 150-151.

¹⁸ Teresa Amado, *Fernão Lopes contador de História. Sobre a Crónica de D. João I*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997 [reimpressão], maxime pp. 225-229.

¹⁹ D. Duarte, *Leal Conselheiro*. Actualização ortográfica, introdução e notas de João Morais Barbosa, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, p. 285.

Pereira), outra, em latim, para divulgação europeia, da autoria de António Rodrigues da Costa (*Vida e Obra. Nuno Álvares Pereira*) –, e em 1745 publicou-se a importante narrativa histórica de Frei José Pereira de Santana, *Crónica dos Carmelitas*, que fornecia a informação de base sobre a vida religiosa de Nun'Álvares no Convento do Carmo, completando desse modo o quadro biográfico traçado na *Crónica do Condestabre*. A Crónica de Frei Santana revia e acrescentava o *Compêndio de Crónicas da Ordem da muito bem-aventurada sempre Virgem Maria do Nossa do Monte do Carmo*, de Frei Simão Coelho, saído em 1572, onde não havia praticamente nenhuma alusão a Nun'Álvares monge.

Para a evolução da construção crítica da memória histórica de Nun'Álvares, nos inícios do século XIX, estavam assim disponíveis três importantes fontes histórico-literárias – *Crónica do Condestabre*, *Crónica de D. João I* e *Crónica dos Carmelitas* –, mais um conjunto de representações fragmentadas constantes principalmente do *Agiolégio Lusitano*, de Jorge Cardoso, da *Monarquia Lusitana*, de Frei Manuel dos Santos e da *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, de D. António Caetano de Sousa. Apesar disso, prevaleceram até cerca de 1940, com algumas raras exceções – destaque para Eduardo da Costa em 1894, Augusto da Costa Veiga em 1930 e 1931 ou Belisário Pimenta em 1933 e 1940 –, os processos de construção ou de desconstrução mítica da memória colectiva de Nun'Álvares, quase sempre para fundamentar poderes simbólicos ou programações políticas, mas deve salientar-se a especificidade da obra *A Vida de Nun'Álvares*, de Oliveira Martins.

O desenvolvimento da pesquisa cultural romântica sobre as raízes medievais portuguesas e a controvérsia política iberista, no período de 1850-1870²⁰, permitiram que Nun'Álvares e a batalha de Aljubarrota fossem evocados como símbolos de autonomia e de consolidação da Nação. Por um lado, refira-se a saída, em 1856, da 2ª edição do drama histórico de Almeida Garrett, *O Alfageme de Santarém* (1ª ed., 1842), baseado numa profecia que a *Crónica do Condestabre* narrara: o alfageme anunciava o

²⁰ Carlos Reis (Coordenação de), *História Crítica da Literatura Portuguesa*, vol. V, *O Romantismo*, Lisboa, Editorial Verbo, 1993; Fernando Catroga, "Nacionalismo e Ecumenismo. A questão ibérica na segunda metade do século XIX", *Cultura-História e Filosofia*, vol. IV, Lisboa, 1985, pp. 419-463; Idem, "Romantismo, literatura e história" e "Nacionalistas e iberistas", *História de Portugal* (Direcção de José Mattoso), 5º volume (Coordenadores: Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 545-567.

messianismo patriótico da espada de Nun' Álvares e a consagração do seu sucesso militar pela atribuição, entre outros, do título de conde de Ourém.

Por outro lado, recorde-se que, a partir de Agosto de 1861, com o lançamento do manifesto fundador da Associação Nacional 1º de Dezembro – depois Comissão Central 1º de Dezembro de 1640 e por fim Sociedade Histórica da Independência de Portugal ²¹ – o discurso patriótico de advertência à sedução iberista acentuou-se e, como não podia deixar de ser, também não foi ignorado o momento de resistência nacional do século XIV, sendo prova disso estas duas notórias ocorrências: o periódico *Aljubarrota*, “jornal semanal anti-ibérico dedicado ao Povo Português” (nº 1, 5-X-1868, a nº 13, 28-XII-1868), onde colaboraram, entre outros, Cunha Belém, Mendes Leal, Pinheiro Chagas e Andrade Ferreira, este último com uma série de oito artigos sobre “Casos da vida do condestável D. Nuno Álvares Pereira”, que estavam percorridos por uma visão que valorizava as dimensões de guerreiro cauteloso e eficaz e de santo abnegado e contemplativo; e a composição poética de Guilherme Braga, *Ecos de Aljubarrota*, concluída em 10 de Outubro de 1868, afirmando o Autor que, se os versos de pouco valiam, já “como expressão dum sentimento político, valem muito, porque são o protesto duma alma (...)” ²².

O ressurgimento do movimento para a beatificação de Nun' Álvares, nos finais da década de 60, conduziu a uma sistematização, no ponto de vista religioso, das suas qualidades fundamentais. Assim, em 1871, na *Memória sobre a fase cristã do grande condestável D. Nuno Álvares Pereira*, o Padre José António da Conceição Vieira apresentou desta maneira as características que faziam dele um “Conde Santo” ou “Santo Condestável”: castidade, compaixão, magnanimidade, justiça, edificações de templos, amor pelas leis da Igreja, procedimentos contra os sacrílegos ²³.

De igual modo, nesse período, várias imagens de Nun' Álvares foram construídas em múltiplas narrativas históricas. Heinrich Schäfer, na *História de Portugal* – editada na Alemanha em 1836, com edição francesa de 1846 (à qual recorreram Pinheiro Chagas e Oliveira Martins) e portuguesa de 1893-1899 –, apresentou-o como “um herói verdadeiramente

²¹ Visconde de Sanches de Baêna, *Fastos históricos da Comissão Central 1º de Dezembro de 1640 ou o monumento aos Restauradores de Portugal*, Lisboa, [Tipografia Matos Moreira], 1885-1886; *História da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1861 a 1940*. Compilada por E. A. Ramos da Costa, Lisboa, s.n., 1940.

²² Guilherme Braga, *Ecos de Aljubarrota*, Porto, Tipografia Lusitana-Editora, 1868, p. 7.

²³ Padre José António da Conceição Vieira, *op. cit.*, pp. 11-25.

cristão”, mostrando possuir vontade enérgica, olhar penetrante, fala concisa, probidade cavalheiresca, piedade cristã, lealdade e dedicação, sentimento caritativo e desinteressado ²⁴. António Francisco Moreira de Sá, no *Compêndio de História Nacional*, ressaltou a qualidade militar de condestável ²⁵. Manuel Pinheiro Chagas, na *História de Portugal*, valorizou a valentia, a temeridade e a impaciência do “valente general” – contrapondo à prudência do Mestre de Avis – ²⁶, mas no *Dicionário Popular* estabelecia já um registo mais abrangente do “famoso guerreiro”, “herói mais simpático e mais popular da nossa história”, “cavalheiresco e popular”, cercado da “auréola dos santos aos olhos do povo que o amava” ²⁷. Oliveira Martins, na *História de Portugal*, considerou-o a mais bela figura que a Idade Média portuguesa nos deixara, o “tipo cristalizado nos romances, o tipo do cavalheirismo e da pureza”, onde convergira a nobreza ideal do cavaleiro e a castidade de um místico: “Era uma açucena na alma e um leão na bravura e na generosidade”; Aljubarrota representara, por sua vez, o “baptismo” da nova Monarquia, que as Cortes de Coimbra tinham aclamado ²⁸.

Nos anos 80 sobressaía a posição do republicano positivista Teófilo Braga que, na adaptação da “teoria dos grandes homens” de Augusto Comte, reservou dentro da área da “síntese afectiva”, sob a dominância “religiosa e militar”, um lugar para Nun' Álvares, num conjunto onde também inseria São Paulo, São Luís, São Francisco e Joana d'Arc; Camões estava nessa área mas na dominância “moral e estética”, ao lado de Virgílio, Dante, Petrarca e Miguel Ângelo ²⁹.

²⁴ Henrique Schäfer, *História de Portugal desde a fundação da Monarquia até à Revolução de 1820*, vol. II, Porto, Empresa Editora da História de Portugal, 1893, pp. 194-199.

²⁵ António Francisco Moreira de Sá (Coordenação de), *Compêndio de História Nacional. Para uso dos alunos que frequentam as aulas de Instrução Primária* [1867], 2ª ed., Lisboa, [Tipografia das Horas Românticas], 1876, p. 40. Este manual utiliza o método regressivo na exposição do tempo histórico: começa no reinado de D. Luís e acaba com os Cartagineses na Lusitânia.

²⁶ Manuel Pinheiro Chagas, *História de Portugal. Popular e ilustrada* [1867], 3ª ed., vol. I, Lisboa, Empresa da História de Portugal-Sociedade Editora, 1899, pp. 524-539.

²⁷ Idem, *Dicionário Popular Histórico, Geográfico, Mitológico, Biográfico, Artístico, Bibliográfico e Literário*, 9º volume, Lisboa, [Imprensa de Joaquim Germano de Sousa Neves], 1881, pp. 291-194.

²⁸ Oliveira Martins, *História de Portugal* [1879], 16ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1972, p. 147-158.

²⁹ Teófilo Braga, *Sistema de Sociologia*, Lisboa, [Tipografia Castro e Irmão], 1884, p. 153. Para um interpretação crítica do pensamento e acção teofiliano, cf. Amadeu Carvalho

Os anos 90 assistiram a uma nova emergência político-cultural do símbolo Nun' Álvares, em grande parte inserido na reatualização do mito do Sebastianismo. Desse modo será evocado por Oliveira Martins, Guerra Junqueiro ou Luís de Magalhães, devendo também salientar-se a republicação da *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, em 1897, ligada à intenção patriótica do editor e ainda devedora do ambiente anti-iberista das décadas anteriores, o que se depreende do Prólogo escrito por Luciano Cordeiro, director literário da Biblioteca de Clássicos Portugueses, onde saiu a edição da Crónica³⁰.

Oliveira Martins, em *A Vida de Nun' Álvares*, continuou o projecto iniciado com *Os Filhos de D. João I* para historiar o tempo áureo português – o “tempo de Avis” –, época em que se assistira à sucessão de várias gerações, individualizadas numa “galeria dos homens típicos”, que foi já apresentada no início deste artigo. Nun' Álvares surgia nesta narrativa dramática e moralista – enfim, romântica – como expressão vigorosa, algo predestinada, da exigência libertadora da “alma nacional” contra o risco de dissolução orgânica da Nação: “Venerado como santo, divinizado como herói, pela imaginação de um povo inteiro, Nun' Álvares, cuja fé realizou o milagre de o remir, para lhe dar um posto na história da humanidade, marcou-lhe ao mesmo tempo o destino, quando, acabada a empresa, foi sepultar-se na cova de um mosteiro. Também Portugal, rematada a campanha heróica da expansão ultramarina pela catástrofe com que terminou o século XVI, se condenou ao sepulcro frio de uma devoção extenuante e dissolvente. Só os indivíduos podem aniquilar-se esteticamente; os povos, finando-se, desorganizam-se (...)”³¹. Atento aos fenómenos de psicologia histórica, Oliveira Martins deixou nesta biografia a manifestação da “fibra íntima” das “aspirações ideais e justas” de Nun' Álvares, que reconhecia existir em cada homem, em cada povo, embora estivesse “mais ou menos obliterada”³². Modelo de cavaleiro medieval, seduzido pelo mito de Galaaz, representava, na visão simbólica martiniana da História nacional, a corporização exemplar do “Messias da pátria portuguesa” – o “Paracleto português” –, sugerindo até a possibilidade de

Homem, *A Ideia Republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989.

³⁰ Fernão Lopes, *Crónica de El-Rei D. João I*, Lisboa, s.n., 1897, pp. 5-8. O proprietário e fundador da Biblioteca era Mello de Azevedo.

³¹ Oliveira Martins, *A Vida de Nun' Álvares* ..., p. 340.

³² Idem, *História de Portugal*, p. 12.

ele ser o “tipo culminante” da energia da “raça peninsular ibérica”, de alma idealista e realização heróica ³³.

Apesar do anunciado intuito de “estudar criticamente o assunto” para “obter um conhecimento exacto do tempo, dos homens e dos casos escolhidos” ³⁴, o que, na verdade, interessava a Oliveira Martins, com as biografias dos anos 90, era a divulgação de lições morais exemplares sobre processos de construção e resistência da Nação ou de afirmação do Estado, que ajudassem ao revigoramento do carácter nacional. Eça de Queiroz, na já referida carta dirigida a Oliveira Martins, escreveu alguns comentários, desocultando a verdadeira função política imediata de *A Vida de Nun'Álvares*: “(...) o Andeiro me parece ter traços demasiados do Mariano de Carvalho; chega mesmo a haver reminiscências. (...) D. Álvaro é, antes do conselheirismo, quase um conselheiro, e do tipo mais conselheiral: também julguei antever reminiscências! E aí está o que é um grande historiador chafurdar em *Política*: insensivelmente transporta para o homem do passado a ironia ou o desdém que lhe inspiraram os homens da véspera – e desabafa nas costas dos mortos! (...). Além de um belo livro, o *Nun'Álvares* é uma boa acção (...)” ³⁵. Convergindo com Eça sobre o patriotismo exemplar do herói que a obra plasmava, estava Ana de Castro Osório que, no livro juvenil *A minha Pátria* – aprovado oficialmente em 1906 para ser oferecido em prémios escolares -, inseriu nas predilecções literárias do jovem Jorge “um grande livro de história”: “– Olá, a *Vida de Nun'Álvares*?! Então já achas graça a livros que não sejam *histórias da carochinha*?... – Esta é tão bonita e tão extraordinária que até parece um conto fantástico, dos tais de que eu gosto ... (...)” ³⁶. A obra biográfica *A Vida de Nun'Álvares* passou a constituir, conjuntamente com a *Crónica do Condestabre*, a *Crónica de D. João I* e a *Crónica dos Carmelitas*, o núcleo de base das leituras subsequentes – críticas ou apoloéticas – sobre um dos mais fortes heróis da memória nacional.

Junqueiro, no poema *Pátria*, não obstante continuar a revelar o mesmo imaginário decadentista do poema *Finis Patriae* de 1891 – parece-nos que o “finis patriae” era essencialmente o “fim da pátria” monárquica -,

³³ Idem, *A Vida de Nun'Álvares* ..., pp. 6 e 342.

³⁴ Idem, *ibidem*, p. 5.

³⁵ Carta de Eça de Queiroz a Oliveira Martins, enviada de Paris, com data de 26 de Abril de 1894, in *Eça de Queiroz. Correspondência* ..., pp. 311-315.

³⁶ Ana de Castro Osório, *A minha Pátria*, Setúbal, Livraria Editora “Para as Crianças”, 1906, p. 139.

por intermédio do “espectro de Nun’Álvares” transmitia uma nova força messiânica, um “fluido mágico”: “De tal guisa, vencendo-te primeiro, / A todos vencerás como um leão, / Formidável e nobre cavaleiro. // E de Cristo e da Pátria em defesa / Brilhará tua lança como um raio, / Mandará tua voz como um trovão!”³⁷. No “Balanço patriótico”, colocado no final, Junqueiro acreditava, apesar de tudo, na possibilidade de um messianismo popular que impusesse a redenção pátria por intermédio da República: “(...) um povo em catalepsia ambulante, não se lembrando nem donde vem, nem onde está, nem para onde vai; um povo, enfim, que eu adoro, porque sofre e é bom, e guarda ainda na noite da sua inconsciência como que um lampejo misterioso da alma nacional, reflexo de astro em silêncio escuro de lagoa morta (...). Nesta agudíssima crise nacional a república é mais do que uma simples forma de governo. É o último esforço, a última energia, que uma nação moribunda opõe à morte. Viva a República! é hoje sinónimo de Viva Portugal!”³⁸.

Luís de Magalhães, no poema *D. Sebastião*, por ele considerado uma “Elegia da Pátria”, desenvolveu em versão poética a teoria histórica do Sebastianismo que Oliveira Martins estabelecera na sua *História de Portugal* – obra que será citada abundantemente ao longo das vinte e seis páginas de notas –, seguiu as principais linhas interpretativas que tinham sido formuladas em *A Vida de Nun’Álvares* e usou a mesma visão dos espectros que Junqueiro tinha praticado, só que a complexificou: na “Ilha Encoberta”, “em espectral legião”, viviam os “antigos Heróis” do nosso “Olímpio guerreiro” – Nun’Álvares, Infante D. Henrique, Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque e Camões –, donde havia de voltar o “Messias”, o “Encoberto”, para fundar o “Império Novo”. O desfile do “vulto sombrio” Nun’Álvares começava logo com esclarecimento dos dois “Astros” da sua vida – “Pátria e Fé” –, continuava com a sua autodenominação de “Paracleto celeste”, o qual tinha insuflado no peito do Povo o “amor da liberdade, a consciência da Pátria e a homérica ansiedade do seu destino novo” – “Em mim o grande Ciclo heróico principia...” –, para terminar nesta definição do seu sintomático estado de vigília: “Na santa paz claustral, que toda a mágoa acalma, / Enterrei minha glória e refugiei minha alma, / Absorta em prece ignota. / Mas, sob este burel, guardei sem o despir, / Como um cilício heróico, o arnez que viu fulgir / O sol de Aljubarrota!”³⁹.

³⁷ Guerra Junqueiro, *Pátria* [1896], Porto, Lello & Irmão-Editores, s.d., p. 140.

³⁸ Idem, *ibidem*, pp. 185 e 221.

³⁹ Luís de Magalhães, *D. Sebastião*, Coimbra, França Amado-Editor, 1898, pp. 222-225.

Na abertura do século XX, o republicano positivista Basílio Teles e o anarquista intervencionista Emílio Costa valorizaram exclusivamente a sua qualidade guerreira e patriótica. O primeiro considerou-o uma “alma nacionalista, desinteressada e nobre”, sem a qual a revolução de 1383-1385 não teria tido dimensão nacional, mas inscrevia o seu heroísmo – “uma cabeça militar” e não um “chefe político” – dentro do ambiente do “Portugal mediévico, cavaleiresco e poético”, que, já no seu tempo, lhe dava uns “traços fisionómicos de irremediável anacronismo”⁴⁰; anos depois, em 1918, voltaria a colocar Nun'Álvares, juntamente com Afonso de Albuquerque, nas “preciosas pratas da família” do heroísmo luso, virtude que achava ser muito rara e que precisava sempre “dum foco, dum modelo, duma individualidade forte” para a sua irradiação colectiva⁴¹. O segundo afirmaria que Nun'Álvares e Camões tinham sido as “duas maiores figuras” da história portuguesa, sintetizando toda a nacionalidade no que ela tem de “mais grandioso”, “mais sério” e “mais austero”⁴².

Concordante genericamente com Basílio Teles e Emílio Costa estava Jaime Cortesão, mas este, dentro do seu republicanismo espiritualista, em 1912, não deixou de valorizar também a dimensão mística de Nun'Álvares: “(...) símbolo de heroísmo e de amor pátrio, altíssima flor de virtude, exalando um perfume de misticismo (...)”⁴³; o interesse por esta figura, levou-o a organizar, em 1935, para a Livraria Sá da Costa Editora, uma adaptação da *Crónica do Condestabre*, com ilustrações de Martins Barata, tendo em vista a promoção nos jovens e no povo do gosto pela leitura de “Grandes Livros da Humanidade” – em 1993 saiu a 8ª edição.

Há, no entanto, nestes primórdios do nosso século, a necessidade de considerar uma atitude, com significativa audiência pública, que promovia leituras psico-patológicas das grandes figuras históricas (reis, rainhas ou notáveis), dentro de um ambiente positivista e anticlerical de “medicalização” da História, para o qual Oliveira Martins tinha contribuído, apesar de, no que diz respeito a Nun'Álvares, ter demonstrado evidente admiração. O representante mais mediático dessa atitude foi o médico e escritor Júlio

⁴⁰ Basílio Teles, *Estudos históricos e económicos*, Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão-Editores, 1901, pp. 6, 20-21, 27-28, 36 (“1383-1580-1640”, pp. 5-59).

⁴¹ Idem, *Na Flandres. (O episódio militar de 9 de Abril)*, Porto, Livraria Nacional e Estrangeira de Eduardo Tavares Martins, Suc.-Editor, 1918, pp. 84-85.

⁴² Emílio Costa, *É precisa a República?*, Lisboa [Imprensa de Libânio da Silva], 1903, p. 19.

⁴³ Jaime Cortesão, “A Renascença Portuguesa e o ensino da História Pátria”, *A Águia*, 2ª série, nº 9, Porto, Setembro 1912, p. 76.

Dantas, que organizou em 1909 uns “Inquéritos médicos às genealogias reais portuguesas (Avis)”, onde diagnosticava, entre outras características, sinais fortes de neurastenia, atrofiamentos físicos e delírios místicos de castidade em figuras como Nun’ Álvares, Teresa Lourenço (mãe de D. João I), D. Filipa de Lencastre, D. Duarte ou o príncipe D. João (pai de D. Sebastião), o que explicaria, em parte, a decadência e a degenerescência da Casa Real na II Dinastia ⁴⁴.

Quanto a Nun’ Álvares, Dantas, inventando o “libelo do Cardeal Diabo” no seu processo de canonização – reiniciado em 1907 pelo Cardeal-Patriarca D. José Neto –, desenvolveu a contra-argumentação à sua santidade ⁴⁵. Recordou as “brutalidades” e “violências epileptóides” de uma figura que, liminarmente, considerava ser “brusca, violenta, derrancada, cruel, combativa e grosseira do maior *condottiere* e do louco mais brilhante que Portugal tem visto à frente dos seus exércitos (...)”. E, continuando o processo de exautoração do herói, recordava que era filho de um prior, neto de um arcebispo, descendente de uma família de “violentos, de loucos, de incendiários e de assassinos vulgares”, o que lhe marcaria um tipo de heroísmo mórbido e brutal, portanto, sem a dimensão de uma consciência “resplandescente de furor divino”; por outro lado, interpretava a ida para o Mosteiro como consequência do seu “horror aos homens”.

A resposta a Júlio Dantas foi dada, como se esperava, por militantes católicos – Rui Chianca (vogal da I Direcção Geral da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira em 1918, vai para o Rio de Janeiro em 1919 e aí forma a Cruzada Portuguesa D. Nuno Álvares Pereira) e Augusto Forjaz (presidente-director da Direcção Provincial do Minho/Braga da Cruzada em 1921) –, apenas em 1914, com certeza devido ao medo do furor anticlerical imediato à Revolução de 5 de Outubro ⁴⁶. Chianca, socorrendo-se do *Nobiliário do Conde D. Pedro*, descreveu a genealogia dos feitos heróicos dos ascendentes de Nun’ Álvares, rebatendo as considerações de Dantas, recordou a educação heróica tirada das leituras do herói Galaaz e apresentou a imagem de homem humilde, generoso e cauteloso nas acções militares. Forjaz elaborou um denso “contra-libelo”, seguindo a ordenação expositiva de Dantas, para provar as qualidades guerreiras e

⁴⁴ Júlio Dantas, *Outros Tempos*, Lisboa, Livraria Clássica Editora de A.M. Teixeira & C^a, 1909.

⁴⁵ Idem, *ibidem*, pp. 107-121.

⁴⁶ Rui Chianca, *O Santo Condestabre. Resposta ao “Libelo do Cardeal Diabo” do Sr. Dr. Júlio Dantas*, Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1914; Augusto Forjaz, *Nun’ Álvares e o sr. Dantas. Tonsura dum “Cardeal diabo”*, Lisboa, Livraria Ferin, 1914.

religiosas de 13 ascendentes de Nun'Álvares, e afirmou o impulso decisivo para a sua acção que lhe advinha de uma “força sobrenatural”, recorrendo o culto popular legitimador do seu heroísmo e santidade.

Esta controvérsia reapareceu em Coimbra, no ano de 1932, com outros dois protagonistas – José Tomás da Fonseca, republicano maçónico anticlerical, e Padre Luís Lopes de Melo, pároco da freguesia da Sé Velha e destacado mentor do Centro Académico de Democracia Cristã de Coimbra ⁴⁷ –, num momento de grande debate em Lisboa sobre a mudança da Avenida 24 de Julho para Avenida Nun'Álvares ⁴⁸. Tomás da Fonseca repegou nas teses de Júlio Dantas, citando-o abundantemente, mas, apesar de não esquecer a importância da sua figura cavalheiresca (guerreiro e condestável) – desprezando, por sua vez, a sua figura monástica –, advertia para que o Cardeal Diabo, além dos argumentos de Dantas, não se esquecesse de alegar outros motivos como o “orgulho” ou o “poder em terras”; o acto da Igreja de o chamar a si, acabaria, segundo a sua opinião, por lhe impedir a entrada no Panteão Nacional – esta posição distanciava-se claramente da que tinha exposto no inquérito de Outubro de 1913, do jornal *O Século*, onde escolhera Nun'Álvares como o herói nacional mais destacado pela sua qualidade de “puro”. Lopes de Melo, socorrendo-se das mesmas obras de Tomás da Fonseca – principalmente a *Crónica do Condestabre* e *A Vida de Nun'Álvares* –, pretendeu provar a excessiva parcialidade ideológica das críticas formuladas.

Mais do que a construção crítica da história, interessava a esses polemistas a representação ideológica da figura e a eficácia política dos discursos, daí que seja importante referir a posição do maçónico coronel Belisário Pimenta, durante uma conferência realizada na Universidade Livre de Coimbra, pouco antes da de Tomás da Fonseca que foi proferida no mesmo local ⁴⁹. Após afirmar que não entraria no jogo habitual de apropriação ideológico-moral de Nun'Álvares – “filiar-se na Maçonaria ou agrupar-se no Integralismo Lusitano” –, organizou um discurso de esclarecimento das suas qualidades “notáveis” como chefe militar: capacidade de decisão táctica (peonagem em Atoleiros), capacidade de decisão estratégica e de formulação de um plano de operações (ofensiva de Alju-

⁴⁷ Tomás da Fonseca, *O Santo Condestável. Alegações do Cardeal Diabo*, Coimbra, Académia Editora, 1932; Idem, *A igreja e o condestável*, Coimbra, Instituto de Estudos Livres, 1933; Padre Lopes de Melo, *Ao Público do sr. Tomás da Fonseca*, Coimbra, [Tipografia da Gráfica de Coimbra], 1933 (Panfleto de 4 folhas A4).

⁴⁸ Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos ...*, pp. 85-88.

⁴⁹ Belisário Pimenta, *Nun'Álvares, chefe militar*, Coimbra, Académia Editora, 1933.

barrota) e capacidade de raciocínio e de cálculo (Atoleiros, Aljubarrota e Valverde). Reconhecia que na sua postura de cavaleiro muito contribuíra a sólida formação militar do Pai (Prior da Ordem do Hospital) e o meio envolvente de certa exaltação cavalheiresca e religiosa.

No período que medeou entre 1914 (ressurgimento do culto católico ao Santo Condestável) e 1940 (ressurgimento do seu processo de canonização) continuaram a evidenciar-se várias representações – herói militar, santo católico, místico predestinado –, mas do que não há dúvida é que se assistiu à sua consagração como um dos símbolos fortes do imaginário da Nação, verificando-se um ampla adesão (política, ideológica ou moral) às ritualizações cívicas praticadas. Torna-se, pois, necessário, relevar algumas das ocorrências literárias e históricas então manifestadas, vindas de católicos, monárquicos, republicanos ou simplesmente nacionalistas.

Na área católica, sobressaíram as já referidas biografias dos Padres Valério Aleixo Cordeiro, Francisco Abranches e Alberto Gonçalves⁵⁰, que visavam principalmente divulgar a qualidade religiosa do Beato Nuno de Santa Maria, promovendo a nível nacional o seu culto e insistindo nas diligências para o processo de canonização, várias vezes interrompido e que fora iniciado em 1437 com o forte empenho de D. Duarte; em 1949, Carlos da Silva Tarouca, num artigo publicado na revista *Brotéria*, ainda perguntava se o “Santo Condestável” podia ser canonizado, concluindo pela afirmativa⁵¹. A construção narrativa dessas biografias valorizava a íntima ligação entre o seu heroísmo para com Deus (Fé) e para com a Pátria (Patriotismo), base da exemplaridade moral das suas principais atitudes e condutas – reflexão, ponderação, firmeza, modéstia, honestidade, brio, carácter, abnegação, perseverança, energia, piedade –, e pretendia justificar a presença permanente do elemento “maravilhoso” ao longo da sua vida civil ou religiosa. A mesma leitura se encontra noutros importantes publicistas católicos como Álvaro Alfredo Zuzarte de Mendonça⁵², Quirino Avelino de Jesus⁵³ ou Ernesto Subtil⁵⁴, mas também no Guerra

⁵⁰ Cf. supra, nota (6).

⁵¹ Carlos da Silva Tarouca, *O “Santo Condestável” pode ser canonizado?*, Separata de *Brotéria*, Lisboa, 1949.

⁵² Zuzarte de Mendonça, “Um Símbolo”, cit. supra, nota (8); Idem, “O Condestável. No passado, no presente e no futuro”, *Cruzada Nacional “Nun’Álvares”*, ano I, nº 1, Lisboa, Novembro 1922, p. 17.

⁵³ Quirino de Jesus, *Lusa Epopeia. Poema heróico*, tomo I (e único), Lisboa, [Tipografia da “Gazeta dos Caminhos de Ferro”], 1921. Para a identificação biográfica e percurso político-ideológico de Quirino, cf. Ernesto Castro Leal, “Quirino Avelino de Jesus: um católico

Junqueiro do início dos anos 20, que aderira à Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira ⁵⁵.

Os monárquicos não se afastaram desta interpretação católica e disso é prova as posições de Rui Chianca, João Perestrelo de Vasconcelos, D. José Manuel de Noronha, Luís de Almeida Braga, José Fernando de Sousa, Alberto de Monsaraz, António Sardinha, Luís Chaves, António de Carvalho Cyrne, João Ameal ou Francisco Miranda da Costa Lobo, dirigente da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira a partir de 1928 ⁵⁶. Houve algumas tomadas de posição que acentuaram fortemente a característica de predestinado, místico ou messiânico, nem sempre com o mesmo objectivo interpretativo: disso foram exemplo Antero de Figueiredo, Maria Feio, Abel de Vasconcelos, Fernando Pessoa, Domingos Ferreira Deusdado ou Zuzarte de Mendonça Filho ⁵⁷.

'pragmático'. Notas para o estudo crítico da relação entre publicismo e política (1894-1926)", *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo VI, Lisboa, 1994, pp. 355-389.

⁵⁴ Ernesto Subtil, "O Santo Condestável", *Estudos*, ano I, nº 4, Coimbra, Agosto 1922, pp. 132-135.

⁵⁵ Guerra Junqueiro, "Carta" [adesão à Cruzada], *A Época*, Lisboa, ano III, nº 700, 22-VI-1921, p. 4.

⁵⁶ Rui Chianca, *Aljubarrota. (Drama histórico, 4 Actos em verso)*, Lisboa, Livraria Clássica Editora de A.M. Teixeira, 1913; Idem, *Nun'Álvares. Peça histórica em 3 Actos e 8 Quadros*, Lisboa, Livraria Clássica Editora de A.M. Teixeira, 1918; Gonçalves R. do Amaral (i.e., João Perestrelo de Vasconcelos), *A Pátria nos cânticos dos seus filhos. (Primeros da poesia da Pátria portuguesa)*. Compilados e precedidos de uma introdução sobre o sentimento do amor pátrio por [...], Lisboa, Livraria Clássica Editora de A.M. Teixeira, 1915, pp. 7-16; D. José Manuel de Noronha, *Nun'Álvares. Herói e Santo*, Coimbra, Moura Marques, Editor, 1915; Luís de Almeida Braga, *O Culto da Tradição*, Coimbra, F. França Amado-Editor, 1916, pp. 34-37; J. [José] Fernando de Sousa, *Joana d'Arc e Nun'Álvares*, Lisboa, [Tipografia César Piloto], 1916; Alberto de Monsaraz, "Nun'Álvares" [soneto], *A Monarquia*, Lisboa, ano II, nº 605, 22-XI-1919, p. 1; António Sardinha, "Nun'Álvares" [soneto], *ibidem*, nº 609, 27-XI-1919, p. 1; Luís Chaves, "O Dia de Aljubarrota", *Acção Realista*, 3ª série, nº 4, Lisboa, Outubro 1926, pp. 117-119; António de Carvalho Cyrne, "O Condestável", *Serviço d'el Rey*, Porto, ano IV, nº especial, 15-VIII-1927, pp. 1-3; João Ameal, "Herói da Terra e do Céu", *ibidem*, pp. 19-21; F. [Francisco] M. [Miranda] da Costa Lobo, "Nun'Álvares, sábio, herói e santo", *Galeria do Santo Condestável*, ano I, nº 1, Lisboa, MCMXXIX, pp. 17-37; Idem, *D. Nun'Álvares Pereira. Condestável de Portugal, Beato Nuno de Santa Maria*, Lisboa, s.n., 1931.

⁵⁷ Antero de Figueiredo, *Nuno Álvares. A sua primeira façanha*, Porto, s.n., 1916; Maria Feio, *No Altar da Pátria. Nun'Álvares. Guerreiro e Santo*, Lisboa, s.n., 1921; Lusitanus (i.e., Abel de Vasconcelos), *Sinais dos Tempos*, Lisboa, [Imprensa Lucas & Cª], 1924; Fernando Pessoa, "Nun'Álvares Pereira" [8-XII-1928], *Mensagem*, 13ª ed., Lisboa, Edições Ática, 1979, p. 45; Domingos Ferreira Deusdado, *Nun'Álvares, símbolo de três virtudes: fé,*

Na área republicana, destaque-se as opiniões favoráveis de João Camoesas, Augusto Casimiro, Augusto Reis Machado e António José de Almeida, todos valorizando a qualidade de guerreiro e de símbolo da independência nacional, que, no presente, devia ser evocado como exemplo de “energia duma raça” (Camoses), de “aleluia” patriótica (Casimiro), de “representante da sólida e gloriosa pátria doutras eras” (Reis Machado) e como rosto de uma das “mais altas expressões da nacionalidade portuguesa” (Almeida)⁵⁸.

António de Oliveira Salazar, num texto oficial para ser lido em todas as escolas no dia 14 de Agosto de 1935, fez a leitura histórica institucional do “Estado Novo” sobre Aljubarrota e Nun’Álvares, combinando elementos das tradições interpretativas católicas, monárquicas e republicanas numa síntese ideológica e moral que tinha sido já realizada no discurso da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira: aludiu ao 14 de Agosto como a “verdadeira festa da independência pátria” e ressaltou a ligação íntima do “misticismo religioso” ao “génio guerreiro” no seu protagonista principal⁵⁹, o que na prática interpretativa marcava a continuidade da realização vivencial de D. Nuno (o guerreiro) em Frei Nuno (o monge). Dentro deste ambiente de construção da mentalidade política nacionalista do “Estado Novo”, afigura-se relevante a apresentação em Junho de 1936, numa revista tutelada pelo Ministério da Guerra (o Ministro era então Oliveira Salazar), de um quadro de 11 figuras heróicas – tendo ao centro, com uma representação gráfica superior, Nun’Álvares –, cada uma delas consubstanciando uma virtude militar: Nuno Álvares Pereira (Heroísmo – “pura incarnação de todas as virtudes da raça”), Afonso de Albuquerque (Valor), D. João de Castro (Mérito), Duarte de Almeida (Abnegação), Duarte Pacheco Pereira (Coragem), Joaquim Mousinho de Albuquerque (Carácter), Egas Moniz (Lealdade), Gonçalo Mendes da Maia (Arrojo),

esperança e caridade, Lisboa, s.n., 1929; Zuzarte de Mendonça Filho, *A história maravilhosa de Nun’Álvares* [poema], Lisboa, s.n., 1932 (2ª ed. revista, Lisboa, “Ala do Santo Condestável”, 1944) – em 1933 o Governo determinou que fosse recomendada a leitura deste poema em todas as escolas.

⁵⁸ João Camoesas, “Nun’Álvares!”, *Eh real!*, Lisboa, ano I, nº 1, 13-V-1915, pp. 2-3; Augusto Casimiro, “Hora de Nun’Álvares” [poema], *A Águia*, 2ª série, nº 52, 53, 54, Porto, Abril-Maio-Junho 1916, pp. 155-162; A. [Augusto] Reis Machado, “A significação que deve ter para o Portugal de hoje a figura do Condestável”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 39ª, nº 3-4, Lisboa, Março-Abril 1921, pp. 123-127; António José de Almeida, “Dois Protectores”, *Revista Nacional*, Lisboa, nº 1, 15-V-1925, p. 17.

⁵⁹ Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, 2ª ed., vol. II (1935-1937), Coimbra, Coimbra Editora, 1945, pp. 49-56 (“Aljubarrota, Festa da Mocidade”).

Nuno Gonçalves (Disciplina), D. Luís de Ataíde (Honra) e Carvalho Araújo (Dever) ⁶⁰.

Quanto às representações de Nun'Álvares em narrativas históricas – biografias, Histórias de Portugal e manuais escolares –, neste período geral de 1914 a 1940, anote-se algumas das mais significativas, com vinculação óbvia às práticas literárias (e por vezes políticas) anteriormente escarpelizadas. Duas biografias de grande divulgação no público escolar e também no grande público foram publicadas por Francisco Rocha Martins e por Mário Gonçalves Viana, onde se combinava, dentro de um mesmo fundo místico que acompanhara sempre o herói, a dupla interpretação do guerreiro e do santo, valorizando o segundo o imaginário do cavaleiro-andante ⁶¹. Rocha Martins também foi autor de uma História de Portugal e aí desenvolveu a mesma visão, incorporando no texto gravuras do guerreiro e do monge ⁶². Noutras Histórias de Portugal da época – Fortunato de Almeida, António Sérgio ou João Ameal – observa-se, na primeira, apesar do reconhecimento do guerreiro vencedor, a predominância concedida às virtudes religiosas que o levariam a Frei e a Beato; na segunda, o reconhecimento que “unia à fé exaltada do místico uma cauta, artilosa inteligência de estrategista”; na terceira, há uma densa interpretação, articulando o espírito medieval dos “heróis ascéticos”, o sentido prático da tática militar, a intensidade da fé, tudo impulsionado por apelos sobrenaturais ⁶³. Nos manuais escolares pode-se distinguir dois campos: um, constituído pelas obras de Arsénio Torres de Mascarenhas, Damião Peres / Manuel Paulo Merêa e Chagas Franco, propondo uma leitura do herói militar (“Condestável”) sem referências ao monge e ao santo; outro, constituído pelas obras de Fortunato de Almeida, Alfredo Pimenta, João Afonso de Miranda e António Mattoso, marcado pela visão do herói militar-religioso (“Santo Condestável”), que fora movido em vida por um forte misticismo para com a Pátria e Deus ⁶⁴.

⁶⁰ *Defesa Nacional*, nº 26, Lisboa, Junho 1936, pp. 14-15.

⁶¹ Rocha Martins, *Heróis, Santos e Mártires da Pátria*, vol. II, *O Condestável*, Lisboa, Edição do Autor, s.d. [1928]; Mário Gonçalves Viana, *Nuno Álvares*, Porto, Editora Educação Nacional, 1938.

⁶² Rocha Martins, *História de Portugal*, Lisboa, s.n., 1929, *maxime* pp. 86-110.

⁶³ Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, tomo II, Coimbra, Edição do Autor, 1923, pp. 39-43; António Sérgio, *Bosquejo da História de Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Biblioteca Nacional, 1923, pp. 22-23; João Ameal, *História de Portugal*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1940, pp. 159-201.

⁶⁴ Arsénio Augusto Torres de Mascarenhas, *Resumo da História de Portugal*, Lisboa, [Tipografia e Papelaria de Correia & Raposo], 1912; Damião Peres e Manuel Paulo Merêa,

Entre essas várias narrativas históricas escolares, adquire relevo especial o compêndio de *História de Portugal*, para as classes VI e VII, da autoria de Damião Peres e Manuel Paulo Merêa, saído em 1920. Estruturada de acordo com o programa oficial vigente, a construção literária oferecia, dentro de uma forma didáctica exigente, uma síntese da história político-institucional portuguesa para esse público escolar, mas de alcance comunicativo muito mais vasto. Obra devedora da sólida metodologia crítica de dois vultos cimeiros da Universidade, estava claramente inserida numa perspectiva de “história-crítica”, longe das habituais narrativas escolares exaltantes que promoviam quase exclusivamente visões políticas e morais, situando-se estas, por conseguinte, mais numa perspectiva de “história-mestra da vida” ou até de “história-tribunal”. Nun’Álvares surgia neste manual como um homem claramente situado na dinâmica concreta do seu tempo, da qual se evidenciara, o que permitia torná-lo em símbolo do ideal cavaleiresco e religioso da Idade Média, cujo génio e fé tinham sido postos ao “serviço do rei e da pátria”. Exemplo de herói medieval, nele havia coabitado a “vontade popular”, a “audácia”, o “génio militar”, a “crença profunda” e o “patriotismo”, afirmando estes Autores que a qualidade de herói-guerreiro se manifestara em Atoleiros, Aljubarrota e Valverde e fornecera a justificação militar para a afirmação do poder do Mestre de Avis e da independência nacional; por sua vez, a João das Regras coubera a justificação jurídico-política. Em conclusão, diga-se que a interpretação histórica produzida por Damião Peres e Paulo Merêa valorizou exclusivamente as virtudes militares de Nun’Álvares, um típico herói guerreiro medieval.

Por fim, e no que diz respeito à construção crítica da memória histórica de Nuno Álvares, interessa mencionar alguns estudos de militares, como Eduardo da Costa, Augusto Botelho da Costa Veiga, Belisário Pimenta e Afonso do Paço, que acentuavam o seu comportamento de grande estratega nas operações efectuadas e contribuíram para a percepção concreta

História de Portugal, Coimbra, Coimbra Editora, 1920; Chagas Franco, *Lições da História de Portugal*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, s.d. [1929]; Fortunato de Almeida, *Curso de História de Portugal*, 6ª ed., Coimbra, Edição do Autor, 1919; Alfredo Pimenta, *Elementos de História de Portugal*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1934; Arsénio Augusto Torres de Mascarenhas, *História de Portugal*. Remodelada e ampliada de harmonia com os princípios de orientação educativa do “Estado Novo” por João Afonso de Miranda, 2ª ed., Lisboa, Livraria Pacheco, 1940 (1ª ed., 1937); António G. [Gonçalves] Mattoso, *Compêndio de História de Portugal*, Lisboa, Livraria Sá da Costa-Editora, 1938.

dos sistemas militares montados, em particular o da batalha de Aljubarrota ⁶⁵. Pouco interessados nas conjecturas ideológicas, qualquer deles preocupou-se com a crítica das fontes disponíveis para a escrita da história militar do século XIV (concepção estratégica militar, influência da tática inglesa, sistema de disposição de forças em Atoleiros, Aljubarrota e Valverde), sendo o último incumbido pelo Ministério do Exército da organização de escavações arqueológicas nos campos de Aljubarrota.

3. Arte

O único retrato original, mandado pintar pelo duque de Bragança, D. Afonso, muito provavelmente ao mestre António Florentim (pintor de D. João I), antes de Nun' Álvares morrer, representava-o a meio corpo na estampanha de donato carmelita, mas ardeu durante o terramoto de 1755. No entanto, existem várias cópias desse original. Desde o século XVI até ao século XX, sobressaem sete gravuras, retratando cinco delas a condição de guerreiro – a da *Crónica do Condestabre* (edição de 1526), a de Cunha e Marques e outra, no século XVIII, a dos princípios do século XIX, e a de Luciano Freire, num quadro de 1904, pertencente ao Museu Militar, que se inspirou na imagem de 1526; em duas figura a condição de monge carmelita – uma, na tábuia do século XV, que esteve no Palácio Pombal (Oeiras), outra, a da *Crónica do Condestabre* (edição de 1554) ⁶⁶.

Muito publicitadas foram, sem dúvida, as imagens constantes das duas edições da *Crónica do Condestabre*, retratando respectivamente o guerreiro e o monge, cuja audiência acrescida se ficou a dever à sua ampla incorporação em narrativas literárias e históricas, publicadas na

⁶⁵ E. [Eduardo] C. [Costa], "O génio militar do Condestável", *Revista do Exército e da Armada*, vol. II, n.º 11, pp. 141-148 e n.º 12, pp. 214-221, Lisboa, 1894; A. [Augusto] Botelho da Costa Veiga, "De Estremoz a Aljubarrota – Quinze dias de operações de Nun' Álvares (31 de Julho a 14 de Agosto de 1385)", *O Instituto*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930 (vol. 80º, pp. 625-636) e 1931 (vol. 81º, pp. 226-246; vol. 82º, pp. 306-330); Belisário Pimenta, "O sistema de Nun' Álvares", *Congresso do Mundo Português*, vol. II, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, 1940, pp. 301-315; Afonso do Paço, "Novos documentos sobre a batalha de Aljubarrota", *Infantaria*, II ª série, 26º ano, n.º 151-152, Lisboa, Julho-Agosto 1959, pp. 372-384.

⁶⁶ Júlio Dantas, *Eles e Elas. Na Vida-Na Arte-Na História*, Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão-Editores, 1918, pp. 212-217; Alberto Sousa e Mário Salgueiro (Organização de), *Iconografia Portuguesa*, vol. I, *Nun' Álvares. Subsídios para a iconografia do grande condestável*, Lisboa, s.n., s.d.

I República e no “Estado Novo”; a imagem construída por Luciano Freire teve também uma grande projecção, visto ter sido estampada em bilhetes-postais de circulação muito alargada.

No âmbito das comemorações do 5º Centenário da Morte de Nuno Álvares Pereira, em 1931, a Administração-Geral dos Correios fez a série especial “D. Nuno Álvares Pereira”, constando de seis selos com a sua gravura de guerreiro, idêntica à que tinha surgido impressa na *Crónica do Condestabre* (edição de 1526) e, em 1933, voltou a circular a mesma emissão com sobretaxa. Na série “Independência de Portugal”, de 1926, figuravam seis selos alusivos à batalha de Aljubarrota, sem a explícita nomeação do herói, mas na mesma série, em emissão de 1928, apareceram igualmente seis selos com uma gravura titulada de *Nuno Álvares Pereira na Batalha dos Atoleiros*, onde se impunha em primeiro plano a desferir combate. Por fim, na série “Fundação da Dinastia de Avis”, de 1949, composta de oito selos, o quinto selo mostra a estilização da sua effigie feita por P. Guedes.

4. Panteonização

Nun'Álvares morreu na austera cela do Convento do Carmo que habitava, provavelmente em 1 de Abril de 1431, tendo a seu lado D. João I e o Príncipe D. Duarte, e foi colocado numa sepultura rasa – conforme seu desejo – no meio da capela-mor da Igreja do Convento, mais chegada às cadeiras que ficam do lado da Epístola. A primeira trasladação deu-se em 1522 na presença de D. João III, altura em que, depois de exumado o cadáver e de terem sido retirados alguns ossos para um relicário que a Ordem dos Carmelitas guardou (e guarda ainda hoje), se ergueu no local um mausoléu de alabastro, importado da Borgonha pela Rainha de Castela D. Joana, filha dos Reis Católicos e sua quarta neta, onde foram colocados os restantes restos mortais. A segunda trasladação aconteceu em Julho de 1548 e traduziu-se na deslocação do túmulo, dentro da Igreja do Carmo, para o Presbitério, da parte do Evangelho, dando-lhe assim maior relevo. Aí permaneceu até ao terramoto de 1755, que destruiu o Convento, incluindo o mausoléu.

Em 21 de Março de 1768 foi levada a cabo a terceira trasladação dos ossos, que estavam recolhidos numa caixa de pau de Angelim, sendo a caixa colocada num túmulo de madeira a imitar o anterior, nas instalações interinas da Igreja que servia os religiosos da Ordem. Lavrou-se então um auto que passou a catalogar e a descrever as ossadas de Nun'Álvares. A 14 de Março de 1836 operou-se a quarta trasladação e os restos mortais

foram conduzidos num coche da Casa Real para a Igreja de São Vicente de Fora, onde, desde D. João IV, a Casa de Bragança criara um dos seus panteões – o outro situou-se em Vila Viçosa. Ficaram instalados dentro do túmulo, também trasladado, no vão da capela lateral do Cruzeiro da Igreja da parte do Evangelho. A quinta trasladação teve lugar a 9 de Março de 1895 e foi interna à Igreja de São Vicente de Fora, pois seguiu para a capela particular do Paço Patriarcal, situada no rés-do-chão do edifício, mas em Agosto de 1912 voltaram ao piso superior, agora junto do referido Panteão da Casa de Bragança. Entretanto, em 5 de Março de 1906, concluiu-se o exame e identificação dos ossos, comparando-se com o descrito nos autos de trasladação de 1768, tarefa da qual foram encarregues Carlos Francisco da Costa (Secretário da Câmara e da Cúria Patriarcal), D. José Alves de Matos (Vigário Geral do Patriarcado), conde de Bertiandos, visconde de São Bartolomeu de Messines, monsenhor Carlos Martins do Rego e reverendo António de Sousa Ramalho (estes dois foram destacados membros da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira a partir de 1921), coronel Zeferino Brandão, e os médicos António Mendes Lages e Manuel Ferreira Cardoso (Sub-Delegado de Saúde do Município de Lisboa).

Ainda estavam em São Vicente de Fora os restos mortais, quando, no mês de Fevereiro de 1918, iniciou trabalhos uma nova “Comissão para a identificação da ossada do Condestável D. Nuno Álvares Pereira”, nomeada pelo Ministro da Justiça e Cultos, Alberto de Moura Pinto, a 29 de Janeiro anterior, e composta por Tomás Garcia Rosado (major-general do Exército), Carlos Caldeira de Castel-Branco (juiz do Supremo Tribunal de Justiça), António Aurélio da Costa Ferreira (médico e director da Casa Pia de Lisboa), Manuel Ferreira Cardoso (médico), Afonso de Dornelas (secretário da Associação dos Arqueólogos Portugueses, que veio a pertencer à I Direcção da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira) e José Pereira dos Reis (secretário da Câmara e da Cúria Patriarcal, apoiante activo da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira desde 1918). Este processo de identificação, que não trouxe nenhuma dificuldade, inseriu-se no contexto de difusão do culto religioso, visto que, a partir de 23 de Janeiro desse ano, o Papa ratificou a sentença da Congregação dos Ritos que propunha a sua beatificação.

Sectores da elite governamental sidonista, com apoio da Associação dos Arqueólogos Portugueses, alimentaram a ideia de trasladar as ossadas para o Mosteiro dos Jerónimos e o Ministério chegou a marcar a cerimónia para o dia 2 de Março de 1918, provocando uma forte reacção dos integralistas de *A Monarquia*, o que inviabilizaria a intenção. Afonso Lopes Vieira escreveu que o local mais apropriado era o Mosteiro de Santa Maria

da Vitória, na Batalha, “memória imortal de Aljubarrota” e espaço que evocava o “herói rural (...), o mantenedor desta *pequena casa lusitana*”, e nunca o Mosteiro dos Jerónimos, onde seria “a modo embarcado a bordo dum galeão com rumo às partes da Aurora, galeão de conquista deslumbrante e vagabunda (...)”⁶⁷. Num texto não assinado (António Sardinha?), publicado ao lado do de Vieira, expunha-se por sua vez que o “jazigo de Nun’Álvares é no Carmo – frade carmelita que ele foi e que o edificou para seu descanso final (...)”⁶⁸. Mas a mais vigorosa reacção dos integralistas incidiu sobre a pretendida deslocação da urna em armão de Artilharia – comum nos funerais de militares –, facto que recebeu os epítetos jornalísticos de “afronta republicana”, “cortejo burlesco”, “mascarada sacrílega”⁶⁹, ou esta exclamação indignada de Vieira: “O nosso Santo Padreiro, o Cavaleiro do Graal, honra e flor da Gentileza Heróica, não irá pelo Aterro fora, seguido por uma fila de trens de praça! (...)”⁷⁰.

A 11 de Maio de 1918 a pequena urna com os seus restos mortais, que estava no Panteão de São Vicente de Fora, foi transportada para a Capela da Ordem Terceira do Carmo, dentro de um carro onde tomaram lugar o reverendo Dr. Manuel dos Santos Farinha e o Dr. Tomás de Mello Breyner (dois futuros membros da I Direcção da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira). No dia seguinte, realizou-se a primeira cerimónia religiosa oficial em honra do Beato Nuno de Santa Maria. As ossadas permaneceram na Capela da Ordem Terceira do Carmo, em muito más condições de segurança, até que, com a inauguração em 1951 da Igreja do Santo Condestável, em Campo de Ourique, foram aí depositadas numa urna de mármore negro. Nun’Álvares teve posteriormente outra imortalização cívica, a que se inseriu na ideia panteónica nacionalista do “Estado Novo”, com o definitivo acabamento da Igreja de Santa Engrácia e a sua transformação em Panteão Nacional no ano de 1966: uma das capelas-nichos abertas lateralmente instalou o cenotáfio de Nuno Álvares Pereira.

5. Associações

O movimento das Associações Nun’Álvares radicou na determinação estabelecida durante o II Congresso da Juventude Católica Portuguesa,

⁶⁷ Afonso Lopes Vieira, “Santo Condestabre”, *A Monarquia*, Lisboa, ano II, nº 304, 23-II-1918, p. 1.

⁶⁸ Cf. “Nun’Álvares”, *ibidem*, loc. cit.

⁶⁹ *Ibidem*, nº 307, 27-II-1918, p. 1.

⁷⁰ Afonso Lopes Vieira, “Nunalvares macabro”, *ibidem*, loc. cit.

realizado no Porto em Maio de 1914, com vista ao renascimento do culto ao Santo Condestável. Durante os anos de 1915 e 1916 começaram a estabelecer-se comissões de alunos liceais e universitários, que promoviam ciclicamente celebrações ao guerreiro (a 14 de Agosto, dia da batalha de Aljubarrota) e ao religioso (a 1 de Novembro, dia ainda atribuído ao seu falecimento). Foi já nesse contexto de recristianização dos jovens que a Juventude Católica de Lisboa promoveu na sede da Liga Naval Portuguesa, em Maio de 1915, uma série de conferências sobre Nun'Álvares, com a participação do cônego Dr. José Pereira dos Reis, dos Drs. Domingos Pinto Coelho, António Lino Neto, Alberto Pinheiro Torres e António Sardinha, e de Álvaro Alfredo Zuzarte de Mendonça. As estruturas regionais da Juventude Católica Portuguesa foram, de meados da década de 10 a finais da década de 20, importantes meios de promoção da exemplaridade cívica e religiosa do Condestável, traduzindo-se, pelo menos, nas cidades de Santarém, Porto e Viseu, em organismos especificamente vocacionados para esse fim.

No ano de 1917 surgiu em Santarém – onde se situava então o Seminário Patriarcal, sob a orientação do cônego Dr. Manuel Cardoso Botelho Furtado – a primeira e mais dinâmica Associação Nun'Álvares, cuja ideia remontava a meados de 1915, quando uma Comissão de Alunos do Liceu Sá da Bandeira diligenciou a celebração de uma missa na Igreja de S. Nicolau, em 14 de Agosto, e lançou um manifesto patriótico subscrito por 62 estudantes. Entre os fundadores da Associação estavam antigos subscritores do manifesto, agora alunos universitários, como, por exemplo, Alfredo Vidigal das Neves e Castro (da Escola de Medicina Veterinária de Lisboa), António Rodrigues da Silva (da Faculdade de Direito de Lisboa), Carlos de Loureiro Viana (das Faculdades de Letras e de Direito de Lisboa), Joaquim da Silva Frazão (da Faculdade de Medicina de Coimbra), Jorge de Carvalho Malato Fino (da Faculdade de Direito de Lisboa; um dos vogais da Comissão Organizadora da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira), Luís Martins (da Faculdade de Medicina de Coimbra), Manuel Amaro Granate (da Faculdade de Medicina de Lisboa), Mário Guimarães Nobre (do Instituto Superior de Comércio e da Faculdade de Direito de Lisboa) e Pedro Guimarães da Silva Canavarro (da Faculdade de Direito de Coimbra)⁷¹.

⁷¹ *Memorandum das Homenagens ao Santo Condestável em Santarém, nos dias 28, 29 e 30 de Novembro e 1 de Dezembro de 1919*. Publicado por iniciativa da Associação Nun'Álvares de Santarém. Lisboa, [Tipografia Adolfo Mendonça, Lda], 1919.

Também em 1917 apareceu no Porto uma Associação Nun'Álvares, dirigida pelo advogado católico Francisco de Sousa Gomes Veloso, vindo a surgir em Maio de 1921 uma estrutura concorrente, de cariz republicano, o Grémio Nun'Álvares (Por Portugal!), presidido por Adolfo Felgueiras e com colaboração de Leonardo Coimbra, tenente da G.N.R. João Pina de Moraes e guarda-marinha Santos Júnior, entre outros. Em 1921 fundou-se, por sua vez, a Associação Nun'Álvares de Viseu. Em Coimbra, o Centro Académico de Democracia Cristã incorporou nas suas actividades a promoção do culto ⁷². Por todo o País, conforme a maior ou menor audiência da Juventude Católica Portuguesa, esta abrirá Círculos de Estudos sobre a memória condestabrina, onde proferiram palestras destacados mentores do movimento católico (deputados, jornalistas, publicistas, clérigos).

A beatificação de Nun'Álvares, ocorrida em Janeiro de 1918, permitiu que se ampliasse publicamente a dinâmica cultural, o que esteve na base do maior dinamismo da Comissão Nun'Álvares da Associação dos Arqueólogos Portugueses, surgida em Fevereiro de 1917, sob a presidência de Afonso de Dornelas, da fundação da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira em Junho de 1918, presidida por Anselmo Braamcamp Freire, e da Ala do Santo Condestável em Agosto de 1924, presidida pelo Visconde de Santarém e dispondo do grande empenhamento de Afonso de Dornelas e de Zuzarte de Mendonça. Se a Juventude Católica Portuguesa, as Associações Nun'Álvares e a Ala do Santo Condestável intensificavam primordialmente a dimensão do culto religioso, já a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira aliava-lhe o culto patriótico com intencionalidade política, por vezes até evidenciando tentações de participação no exercício do Poder ⁷³.

6. Culto religioso e culto cívico

6.1. Festa do Santo Condestável

O Papa Bento XV consagrou a beatificação pelo decreto *Clementissimus Deus*, de 23 de Janeiro de 1918, e marcou pouco tempo depois o

⁷² Jorge Seabra, António Rafael Amaro e João Paulo Avelãs Nunes, *O C.A.D.C. de Coimbra e os inícios do "Estado Novo" (1905-1934). Uma abordagem a partir dos "Estudos Sociais" (1905-1911), "Imparcial" (1912-1919) e "Estudos" (1922-1934)*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1993, pp. 147-246.

⁷³ Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos ...*, maxime pp. 131-319.

dia 6 de Novembro para dia litúrgico dedicado ao Beato Nuno de Santa Maria. A 15 de Fevereiro seguinte, o Cardeal-Patriarca D. António Mendes Belo, numa carta-circular ao seu clero e povo diocesano, interpretava desta maneira o sentido da beatificação: "(...) Em frente da Imagem do Santo Condestável, invoquemo-lo e procuremos imitá-lo (...). Roguemos-lhe que, por sua intercessão, consiga que no espírito e no coração dos portugueses de hoje se inflamem e avivem os sentimentos religiosos e patrióticos, de que ele nos legou exemplo eloquentíssimo (...)"; de seguida, solicitava que intercedesse imediatamente pelos nossos soldados em guerra ⁷⁴. Era a leitura comum no pensamento e na acção católica, exprimindo uma visão do mundo estruturada pela divisa "Deus e Pátria".

A inauguração oficial do Culto Nacional do Santo Condestável ocorreu no ano seguinte, a 23 de Novembro de 1919, por meio de solene pontifical, realizado na Igreja de São Domingos, em Lisboa ⁷⁵. A partir daqui, generalizou-se a todas as dioceses as cerimónias culturais, ciclicamente praticadas no dia 6 de Novembro, onde desempenharam uma importante função mobilizadora as Comissões de Culto e as Comissões de Damas da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira, com destaque para as de Lisboa, Porto, Coimbra e Bragança. A intensificação do culto mariano a Nossa Senhora de Fátima, desde 1922, que transportava uma crença de "salvação pelo milagre", retiraria ao culto condestabrinho força mediadora nos apelos messiânicos do povo cristão contra o jacobinismo laico, exigindo a breve prazo a comunicação vivencial entre esses dois cultos, que acabaria por se realizar a partir de Agosto de 1928. Reforçando esta estratégia, será inaugurado o culto ao Santo Condestável em Vila Nova de Ourém, no dia 4 de Novembro de 1928, com a presença do Bispo de Leiria e participação activa de dirigentes nacionais da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira (João Afonso de Miranda, Francisco Miranda da Costa Lobo, Domingos Ferreira Deusdado, Mário Moniz e Beatriz Arnut) ⁷⁶.

As comemorações do dia 6 de Novembro de 1924 foram cuidadosamente preparadas e tiveram uma grande audiência. Em Lisboa, o programa desenvolveu-se na Capela de Nossa Senhora do Carmo ("Te Deum" oficiado pelo Cardeal-Patriarca; sermão pelo cónego Dr. Pereira dos Reis) e no Teatro Politeama (discurso inicial do major António Correia da Silva,

⁷⁴ Carta-circular de D. António Mendes Belo, in *Vida Católica*, Lisboa, ano III, n° 80, 20-II-1918, pp. 355-356.

⁷⁵ Cf., por exemplo, *A Monarquia*, Lisboa, ano III, n° 605, 22-XI-1919, p. 1.

⁷⁶ *A Voz*, Lisboa, ano II, n° 630, 6-XI-1928, pp. 1-2.

presidente da Comissão Executiva da Cruzada; conferência por Leonardo Coimbra; representações teatrais da peça de Júlio Dantas, “Rosas de todo o ano”, e de Rui Chianca, “Aljubarrota”; concerto pela banda da Guarda Nacional Republicana), aqui com a presença do Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes.

6. 2. Festa da Pátria

A partir de Agosto de 1920 uma nova liturgia cívica se desenvolveu, agora em torno do 14 de Agosto, permitindo o alargamento da audiência político-ideológica e moral do símbolo social Nun’Álvares, pelo menos até às comemorações do 5º Centenário da sua morte em 1931. Essas celebrações, muito influenciadas na sua origem imediata pela aprovação a 24 de Junho de 1920 da festa nacional francesa a Joana d’Arc, puseram quase sempre em convergência (com raras excepções) os poderes civis (Presidência da República, Governos e Câmaras Municipais), militares (Exército), paramilitares (Guarda Nacional Republicana) e religiosos (Igreja Católica), numa valorização óbvia das iniciativas centrais em Lisboa.

Tudo começou na sessão nº 115 do Senado, em 3 de Agosto de 1920, com a entrega à Mesa de um projecto de lei, elaborado pelo senador cónego José Dias de Andrade ⁷⁷, tendo em vista instituir anualmente uma festa nacional em honra de Nuno Álvares Pereira, no dia 14 de Agosto ⁷⁸.

⁷⁷ José Duarte Dias de Andrade nasceu em Alfafar, concelho de Penela, no seio de uma família de proprietários rurais. Frequentou como aluno interno o Seminário Diocesano de Coimbra e concluiu o Curso Teológico em 1885. Disse a primeira missa em 17-VI-1887, iniciou de seguida a docência de instrução secundária em Coimbra, foi nomeado cónego da Sé de Coimbra e em 9-XI-1890 entrou para o corpo docente da Faculdade de Teologia de Coimbra, leccionando as cadeiras de Teologia Fundamental, História Eclesiástica e Sociologia Católica. Afirmou-se conferencista na diocese de Coimbra sobre temas da religião, da família, da propriedade, da relação do catolicismo com o socialismo. No final do governo diocesano de D. Manuel Bastos Pina, era o número dois da hierarquia e, por morte deste, será eleito Vigário Capitular, promovendo importantes reformas nos arceprebendados; para facilitar as práticas de actos religiosos, simplificou os registos paroquiais e a tabela de emolumentos da Câmara Eclesiástica e a dos Notários. Senador católico por Leiria em três legislaturas: 2-VII-1919 a 1-VI-1921; 25-VII-1921 a 20-XII-1921; 15-II-1922 a 15-VIII-1925. Na Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira foi vice-presidente da Direcção Geral (1921-1926). Publicou, por exemplo, a obra *Conferências religiosas* (Coimbra, 1892), reunindo três conferências: “A moral independente e a religião”, “A moral e a escola evolucionista”, “A ressurreição da humanidade operada pelo Cristianismo”.

⁷⁸ Relatório e Projecto de lei, in *A Época*, Lisboa, ano II, nº 435, 5-VIII-1920, p. 1.

A leitura, discussão e aprovação do projecto fez-se na sessão nº 118, de 6 de Agosto seguinte, havendo unanimidade de pontos de vista ⁷⁹. Sintomáticas foram as opiniões expressas por António Granjo, Presidente do Ministério e elemento do Partido Republicano Liberal, e por Bernardino Machado, senador do Partido Republicano Português. Granjo consideraria ser Nun'Álvares uma das maiores figuras da nossa história, que Aljubarrota tinha consagrado, recordando ao mesmo tempo a inexistência em Portugal de um movimento à sua volta, semelhante ao que em França tinha Joana d'Arc; como republicano, sem “profissão nenhuma religiosa”, não lhe custava nada admirar quer o herói quer o santo – “a sua fé patriótica era igual à sua fé religiosa” –, justificando-se plenamente a promoção do seu culto nacional – “O culto de D. Nuno Álvares Pereira não está apenas dentro das igrejas, está dentro de todos os corações dos portugueses”. Machado, por sua vez, disse associar-se com toda a sua alma ao projecto, para que se celebrasse a “consagração nacional” das “virtudes cívicas do que foi um dos maiores patriotas da nossa terra”.

Através da Lei nº 1012, de 13 de Agosto de 1920, o Presidente da República, António José de Almeida, promulgaria o diploma que o Congresso da República decretara, estabelecendo um novo feriado nacional (14 de Agosto), atribuído à Festa do Patriotismo, mas conhecido correntemente por Festa da Pátria. O modelo celebrativo nacional constava essencialmente de cerimónias religiosas levadas a cabo pela Igreja Católica, de prelecções nos quartéis sobre Aljubarrota e a vida militar de Nun'Álvares, de sessões cívicas promovidas pela Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira, pela Juventude Católica Portuguesa e pela Ala do Santo Condestável, e, desde 1928, a participação na peregrinação religioso-patriótica a Fátima-Batalha-Aljubarrota. Em Lisboa, o programa oficial comemorativo, com algumas matizes anuais, estabelecia as seguintes actividades: alvorada solene e prelecções nos quartéis; solene “Te-Deum” na Capela do Carmo; distribuição de um bodo aos pobres junto do Convento do Carmo, seguido de discursos patrióticos; desfile militar na área do Largo do Carmo; conferências na Sociedade de Geografia de Lisboa; concertos pela banda da Guarda Nacional Republicana; iluminação e embandeiramento dos Largos do Carmo e de Camões e das Praças dos Restauradores e do Rossio; sessão solene nocturna nos Paços do Concelho.

Deve anotar-se as imponentes comemorações de 1921 (sessão solene na Sociedade de Geografia de Lisboa, presidida pelo Presidente da República,

⁷⁹ *Diário das Sessões do Senado*, sessão nº 118, em 6-VIII-1920, pp. 12-13.

António José de Almeida), de 1925 (desfile militar na Avenida da Liberdade, com a assistência do Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes), de 1931 (grande peregrinação nacional a Fátima-Batalha-Aljubarrota), organizadas pela Cruzada em convergência com o Governo, de 1935 (sessão solene nas ruínas do Convento do Carmo, onde discursaram o doutor António Carneiro Pacheco e o cônego Moreira das Neves) e de 1938 (grande espectáculo popular no Terreiro do Paço), estas duas últimas já sob a tutela quase exclusiva da União Nacional e do Governo.

A única vez que a controvérsia pública se instalou sobre as cerimónias da Festa da Pátria ocorreu em 1921. O pretexto foi a autorização dada pelo Ministro da Instrução Pública, António Ginestal Machado (dirigente da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira desde 1918), para a celebração no dia 14 de Agosto de uma missa campal nas ruínas do Convento do Carmo, organizada pela Cruzada. Tal facto suscitou uma forte reacção na área republicano-maçónica, sendo entendida essa decisão como um acto de afirmação do clericalismo e, em resposta, a União Liberal – presidida por Sebastião de Magalhães Lima e que fora constituída nos inícios de 1921 para dar continuidade à campanha laicista sob a invocação da sua antecessora Junta Liberal – promoveu uma Semana Anticlerical lisboeta, de 8 a 14 de Agosto de 1921⁸⁰. A iniciativa constou de conferências, em cada um dos dias dessa semana, proferidas por Barros Lima, tenente Machado Toledo, capitão Camilo de Oliveira, Daniel Rodrigues (adiada em virtude de uma reunião de parlamentares), Orlando Marçal, José de Jesus Pires e César da Silva, que tiveram lugar respectivamente nos Centros Escolares Republicanos Almirante Reis, Afonso Costa, António Luís Inácio, Tomás Cabreira, Arroios, Santos e Bernardino Machado. A campanha terminou a 14 de Agosto com um comício em Alhandra em “Defesa das Leis Liberais da República”.

O dia 14 de Agosto foi feriado nacional de 1920 a 1928, com as excepções de 1922 (o Ministério António Maria da Silva, sem explicação oficial, não o autorizou) e de 1926 (ambiente de forte confronto revolucionário político-militar), a que se deve acrescentar as hesitações de 1927-1928, em virtude do novo feriado de 10 de Junho (Festa de Portugal), estabelecido em 1925. Acabando com as dúvidas, em 29 de Julho de 1929, o Presidente da República, Óscar Carmona, e o Ministério Artur Ivens Ferraz decretaram a confirmação de todos os feriados nacionais anteriores (1 de Janeiro, 31 de Janeiro, 3 de Maio, 10 de Junho, 5 de Outubro, 1 de Dezembro e

⁸⁰ *O Mundo*, Lisboa, ano XXI, nº 7157 a nº 7163, 8/14-VIII-1921.

31 de Dezembro), com excepção de 14 de Agosto ⁸¹. A Festa da Pátria continuou a ser comemorada, com maior ou menor apoio dos sucessivos Governos e vereações da Câmara Municipal de Lisboa, funcionando institucionalmente como uma espécie de feriado informal até 1938, numa situação semelhante à data de 28 de Maio, apesar da liturgia oficial comemorativa em torno desta prosseguir até 1973.

6.3. Peregrinações e romagens

A Direcção Geral da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira, em articulação com as autoridades eclesásticas e governamentais, promoveu anualmente, a partir de 1928, uma peregrinação religiosa seguida de romagem patriótica, entre os dias 12 e 14 de Agosto, a Vila Nova de Ourém, Fátima, Batalha e Aljubarrota, articulando pela primeira vez o culto do Santo Condestável com o culto de Nossa Senhora de Fátima. João Afonso de Miranda, o fundador da Cruzada, justificou assim esse pioneirismo cultural: “A Cruzada segue o seu Patrono. Nun'Álvares, antes de ferir a batalha de Aljubarrota, acampou em Fátima e ali ajoelhou e orou (...)” ⁸².

Na estrutura das peregrinações e romagens de Agosto de 1928 e 1929 fixou-se o modelo de celebração que se repetirá de 1930 a 1934, visto o Governo, por meio da União Nacional, de 1935 a 1938, ter centralizado fortemente o calendário comemorativo da batalha de Aljubarrota, reduzindo o espaço de iniciativa da Cruzada que se extinguirá em 1938. Havia um duplo movimento de peregrinos que convergiam em Fátima: de um lado, aqueles que se deslocavam de Lisboa em comboio (em 1928 partiram

⁸¹ Logo a seguir ao triunfo da revolução republicana, o Governo Provisório decretou a 12 de Outubro o novo calendário laico de feriados nacionais – *1 de Janeiro* (Fraternidade Universal), *31 de Janeiro* (Precusores e Mártires da República), *5 de Outubro* (Heróis da República), *1 de Dezembro* (Autonomia da Pátria Portuguesa) e *25 de Dezembro* (Família) –, acrescentando-se outros a 1 de Maio de 1912 – *3 de Maio* (Descobrimento do Brasil) –, a 13 de Agosto de 1920 – *14 de Agosto* (Festa de Nuno Álvares Pereira/Festa do Patriotismo) –, e a 25 de Maio de 1925 – *10 de Junho* (Festa de Portugal) – Cf. *Diário do Governo*, nº 7, 13 de Outubro de 1910; nº 104, 4 de Maio de 1912; nº 156, 13 de Agosto de 1920 (Decreto nº 1012, de 13-VIII-1920); I série, nº 114, 25 de Maio de 1925 (Decreto nº 1783, de 25-V-1925). Para a confirmação oficial de sete desses feriados nacionais, exceptuando o dia 14 de Agosto, cf. *Diário do Governo*, I série, nº 174, 1 de Agosto de 1929 (Decreto nº 17171, de 29-VII-1929).

⁸² *A Voz*, Lisboa, ano II, nº 618, 25-X-1928, p. 3. Cf., também, João Afonso de Miranda, “Comemoração realizada em Agosto de 1928”, *Galeria do Santo Condestável*, ano I, nº 1, Lisboa, 1929, pp. 11-14.

cerca de 100), organizados pela Direcção Geral da Cruzada; do outro, os que partiam do Norte e principalmente os que iam das várias paróquias da diocese de Leiria, incentivados pelos respectivos párocos em resposta às circulares do Bispo D. José Alves Correia da Silva – emitidas habitualmente entre finais de Julho e princípios de Agosto –, onde se apresentava o respectivo Programa ⁸³.

Durante a peregrinação e romagem de 1928, os espaços vividos foram Fátima (noite de 12/13 de Agosto), Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha, e campos de Aljubarrota (manhã de 14 de Agosto), mas nos anos seguintes, além desses lugares simbólicos, os peregrinos concentravam-se previamente em Vila Nova de Ourém (tarde de 12 de Agosto), seguindo depois para Fátima. Entre as mais importantes cerimónias, interessa relevar, em Ourém, a visita ao Castelo, com discurso patriótico, seguida de “Te-Deum” na Sé e alocução do Bispo de Leiria; em Fátima, a procissão das velas e cerimónias religiosas; no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha, a missa, com alocução do Bispo de Leiria, e romagem ao Túmulo do Soldado Desconhecido; nos campos de Aljubarrota, o cortejo com a Imagem do Santo Condestável até à Capela de São Jorge, onde se fazia a “apoteose à Pátria e ao Beato Nuno”. A alocução do Bispo de Beja, D. José do Patrocínio Dias, antigo alferes-capelão na Flandres, em frente do Túmulo do Soldado Desconhecido, dentro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha, a 14 de Agosto de 1928, representou um importante investimento simbólico de recatolização do culto heróico prestado desde 1921 ao Soldado Desconhecido. Afirmou a certo passo: “É necessário acabar com a laicização que se quis dar ao culto pelo Soldado Desconhecido e substituí-la pelo culto religioso (...)” ⁸⁴.

A peregrinação e romagem de Agosto de 1931 atingiu o maior esplendor de todas as que foram realizadas, visto inserir-se nas comemorações nacionais do 5º Centenário da Morte de Nuno Álvares Pereira. O ponto de concentração dos peregrinos idos de Lisboa com os de outros destinos foi Tomar – onde a 9 de Agosto de 1385 se fez o primeiro alardo conjunto das tropas de Nun’Álvares e de D. João I –, depois dirigiram-se aos lugares habituais das anteriores peregrinações, desenrolando-se as várias cerimónias: Vila Nova de Ourém (dia 12) – missa cantada de manhã e “Te-Deum”

⁸³ Cf., por exemplo, as Circulares de 2-VIII-1928, 26-VII-1929 e 2-VIII-1931, in *O Mensageiro*, Leiria, ano XIII, nº 674, 4-VIII-1928, p. 8; ano XIV, nº 727, 10-VIII-1929, p. 1; ano XVI, nº 830, 8-VIII-1931, p. 1.

⁸⁴ *A Voz*, Lisboa, ano II, nº 549, 16-VIII-1928, p. 1.

à noite na Sé, procissão com a imagem do Beato Nuno, hastear no Castelo dos estandartes de D. João I, de Nun'Álvares, de Avis e da Ala dos Namorados, alocações; Fátima (dias 12-13) – procissão das velas, missas, procissão de Nossa Senhora; Batalha e Aljubarrota (dia 14) – benção da imagem do Beato Nuno, inauguração da lápide da Avenida Nun'Álvares, cortejo, missa no Mosteiro, romagem ao túmulo do Soldado Desconhecido, visita aos campos de Aljubarrota, junto à Capela de São Jorge; no regresso, os peregrinos de Lisboa pararam em Alcobaça.

6.4. Centenários

O 5º Centenário da Batalha de Aljubarrota ocorreu a 14 de Agosto de 1885 e passou quase despercebido na vida política e cultural, o que provavelmente se explica, entre outras circunstâncias, pelo refriamento das polémicas em torno do Iberismo – com forte projecção nas anteriores décadas de 60 e 70 –, pelo culturalismo cívico-patriótico da Independência no dia 1º de Dezembro e pela urgência imediata da questão colonial que a Conferência de Berlim de 1884-1885 tinha colocado. Da sondagem efectuada, apenas descortinámos duas ocorrências celebrativas dignas de destaque. Por um lado, está o artigo não assinado que o *Diário de Notícias* publicou no dia do aniversário⁸⁵, onde não existe uma única referência a Nun'Álvares e se sugere o envio de “delegações festivas em romaria alegre e reconhecida” ao Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha, para, “mergulhando a vista e o espírito nos monumentos e tradições do passado”, se robustecer as forças do presente e preparar as aspirações no futuro. Por outro lado, a revista *Occidente*, entre 21 de Setembro e 11 de Novembro desse ano, divulgou excertos da *História de Portugal*, de Manuel Pinheiro Chagas, sobre o desenrolar do referido confronto militar⁸⁶.

Bem diferente foi o contexto do 5º Centenário da Morte de Nuno Álvares Pereira Pereira, celebrado em Novembro de 1931 (ainda dentro da convicção errada do seu falecimento a 1 de Novembro de 1431), pois inseriu-se, como investimento simbólico, na forte dinâmica política, religiosa e militar que, principalmente desde 1930, se desenvolvia para

⁸⁵ Cf. “500º aniversário da independência de Portugal”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 21º ano, nº 7028, 14-VIII-1885, p. 1.

⁸⁶ A. [?], “Quinto centenário da batalha de Aljubarrota. Uma página da História de Portugal”, *Occidente*, Lisboa, 8º ano, vol. VIII, nº 243, 21-IX-1885, pp. 214-215; nº 245, 11-X-1885, pp. 231-232; nº 246, 21-X-1885, p. 238; nº 247, 1-XI-1885, p. 247; nº 248, 11-XI-1885, pp. 254-255.

constitucionalizar um Estado de matriz nacionalista, autoritária, conservadora e católica. A longa “Comissão para organizar as festas do centenário de D. Nuno Álvares Pereira”, proposta pela Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e presidida por Francisco Miranda da Costa Lobo, obteve a sua nomeação oficial pela Portaria de 30 de Janeiro de 1931⁸⁷. Constituíam-na, fundamentalmente, elementos da elite universitária, militar e eclesiástica sintonizados com o rumo da Ditadura Militar, e grande número de titulares (em particular condes), mas também lá estavam o almirante Carlos Gago Coutinho, o contra-almirante José Mendes Cabeçadas Júnior e o Dr. António Ginestal Machado, personalidades de filiação liberal republicana.

O tempo comemorativo medeou entre 14 de Agosto – com a Festa da Pátria em Lisboa e a grande peregrinação a Fátima, Batalha e Aljubarrota, promovida pela Cruzada – e 13 de Dezembro – com a inauguração da exposição biblio-iconográfica, realizada no Museu do Carmo em Lisboa pela Associação dos Arqueólogos Portugueses. Apesar do maior destaque concedido às iniciativas que decorreram em Fátima-Batalha-Aljubarrota e em Lisboa, o espaço comemorativo disseminou-se um pouco por todo o País, nos quartéis (o Ministério da Guerra determinou palestras sobre o guerreiro), nas igrejas (solenidades religiosas ao santo), nas escolas (o Ministério da Instrução Pública impôs aos professores prelecções sobre a vida de Nun’Álvares). Entre outros actos simbólicos, a nível das localidades, refira-se a inauguração da Ala do Santo Condestável e palestra no Liceu Martins Sarmiento (Guimarães), sessões solenes e palestras (Braga), sessões solenes, palestras e concertos (Porto), palestra na Escola Comercial e Industrial Brotero (Coimbra), inauguração do Colégio Nun’Álvares (Tomar), palestra no Liceu Sá da Bandeira (Santarém), provas desportivas (Murches-Cascais), sessão solene e cortejo (Frenteira).

Um articulista de *O Primeiro de Janeiro*, do Porto, sob o pseudónimo de João Lisboa, exprimiu a posição republicana, laica, sobre o Centenário, denunciando a “exploração religiosa” que se estava a fazer do “símbolo da heroicidade, da valentia, da raça”, e concluía: “Nuno Álvares Pereira, sim. Frei Nuno, nunca”⁸⁸. Respondeu-lhe Fernando de Sousa, em *A Voz*, de Lisboa; citando Oliveira Martins, atribuía aos seus feitos guerreiros a “unidade moral de sentimentos e acções”, sob uma intensa devoção religiosa que o impelia para a dinâmica concreta⁸⁹.

⁸⁷ *Diário do Governo*, II Série, nº 28, 4-II-1931, pp. 413-414.

⁸⁸ João Lisboa, “14 de Agosto. Aljubarrota. Nuno Álvares Pereira”, *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 63º ano, nº 190, 14-VIII-1931, p. 2.

⁸⁹ F. [Fernando] de Sousa, “A história a tratos de polé. Nun’Álvares e Joana d’Arc”, *A Voz*, Lisboa, ano V, nº 1623, 18-VIII-1931, pp. 1-2.

A liturgia cívica e religiosa desenvolvida durante o 5º Centenário da Morte de Nuno Álvares Pereira inaugurou um novo ciclo no comemorativismo histórico oficial, que continuou no 8º Centenário da Fundação e 3º Centenário da Restauração de Portugal, em 1940, e no 8º Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros, em 1947. Assistiu-se então à mesma convergência celebrativa do Estado, da Igreja Católica e do Exército, que favorecia a representação de um imaginário político orgânico, e operou-se o mesmo processo de reinvenção nacionalista e católica do passado, que moldava um imaginário histórico vinculado ao simbolismo da “aliança da Cruz e da Espada”.

Por fim, registe-se o 6º *Centenário do Nascimento de Nuno Álvares Pereira*, cuja coincidência comemorativa ao longo do ano de 1960 com o 5º Centenário da Morte do Infante D. Henrique – onde o “Estado Novo” envolveu fortemente o seu projecto político-simbólico de Portugal-império – retirou alguma projecção pública ao momento de culturalismo cívico a Nun'Álvares e fez com que a liturgia desenvolvida fosse praticamente impulsionada pela Igreja Católica e pelo Exército (em particular pela Arma de Infantaria). Então, a urgência propagandística de um destino universalista, civilizador e colonial – representado pelo Infante – sobrelevava em relação à possibilidade discursiva que o Centenário do Condestável abria para afirmar a capacidade de resistência nacional ao invasor externo. Não deixou, no entanto, de haver alguma comunicação entre os dois centenários. Uma Pastoral Colectiva do Episcopado Português de Junho de 1960 alertou para que se não esquecesse o Centenário de Nun'Álvares, “sem querer diminuir o esplendor das Comemorações henriquinas”, pois “não fosse a acção do Condestável e não haveria o Infante D. Henrique nem os outros Príncipes da ‘íclita geração’, nem a epopeia de Portugal, com as suas glórias e as suas tragédias”. A Pastoral reconhecia que o herói medieval não tinha a “mesma projecção universal” do Infante, mas tal não impedia o seu lugar cimeiro na história portuguesa, onde fora o “primeiro no friso dos guerreiros”, o “cavaleiro invencível e cristão exemplar” e uma “figura inalterável no processo de ascensão”⁹⁰.

A percepção de que as comemorações henriquinas podiam ofuscar o Centenário do Condestável esteve bem presente nos principais discursos das sessões solenes de 4 de Março de 1960: durante o “Te-Deum”, no Mosteiro dos Jerónimos, a alocução do Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, fez referência à acção libertadora do Santo

⁹⁰ *Novidades*, Lisboa, ano LXXV, n.º 21371, 24-VI-1960, pp. 1-5.

Condestável – “só ele e o povo e Deus” – da tentação castelhana, preparando a emergência do Infante como “o homem providencial que define o destino universal duma Nação (...) e cria um Mundo Novo”; por sua vez, aquando das cerimónias na Assembleia Nacional, José Caeiro da Mata (Presidente das Comissões Nacional e Executiva das Comemorações Henriquinas) registou a coincidência no mesmo ano dos dois centenários e formulou votos para que Nun’Álvares tivesse “no momento oportuno a grande consagração que a Nação lhe deve e aguarda a glorificação máxima” ⁹¹. Dois autores, de filiação política distinta, chamaram publicamente a atenção para o risco do esquecimento de Nun’Álvares face ao Infante. Um, Zuzarte de Mendonça Filho, recordava o dever “da liquidação de uma velha dívida”, isto é, o conhecimento mais profundo da estratégia militar em Aljubarrota (escavações a cargo do Ministério do Exército) e da sua biografia pessoal; outro, Augusto Casimiro, prevenia que sob o “signo de Nun’Álvares” estaria sempre “uma força de esperança capaz de transformar a catástrofe numa aleluia” ⁹².

As cerimónias comemorativas iniciaram-se em 24 de Junho (dia do nascimento) e terminaram em 6 de Novembro (dia litúrgico), destacando-se no primeiro dia, às 21h 30m, o toque dos sinos de todo o País e a procissão com as relíquias do Beato Nuno da Capela do Carmo até às ruínas do Convento, onde houve um solene “Te-Deum”, com a presença de autoridades governamentais, eclesiásticas e militares. Nos dias seguintes, ganharam maior relevo as homenagens na Escola Prática de Infantaria, em Mafra, com missa campal e desfile de forças em parada, e a romagem a Aljubarrota, promovida pela Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

7. Considerações finais

O recurso simbólico a Nun’Álvares foi um importante factor de unificação dos vários nacionalismos portugueses críticos do demo-libera-

⁹¹ *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante Dom Henrique*, vol. II, Lisboa, Comissão Executiva do Centenário, 1962, pp. 16 e 27.

⁹² Zuzarte de Mendonça Filho, “A propósito do VI centenário do nascimento de D. Nuno Álvares Pereira. Uma dívida nacional”, *Infantaria*, II série, nº 151-152, Lisboa, Julho-Agosto 1959, pp. 385-387; Augusto Casimiro, “Dois Centenários. Nun’Álvares e o Infante Descobridor”, *Revista Militar*, II século, ano 12º, nº 11, Lisboa, Novembro 1960, pp. 647-651.

lismo republicano, fundamentalmente desde os anos 90 do século XIX até finais dos anos 30 do século XX, alimentando a reactualização da gramática política e cultural nacionalista. No interior desse multifacetado campo intelectual, com ligações estreitas com o campo político, evidenciaram-se várias controvérsias sobre as idealizações utópicas do regime político (monarquia, república), do sistema político (tradicionalismo, parlamentarismo, presidencialismo), das relações entre o Estado e a Igreja Católica (regalismo, ultramontanismo, separatismo, concordatismo), ou ainda sobre a leitura interpretativa da história nacional com incidência nas representações da identidade nacional (providencialismo divino, cientismo laico, historicismo crítico).

A controvérsia sobre o lugar da prioridade a atribuir ao primado da moral, ao primado do religioso ou ao primado do político foi, em parte superada, no primeiro pós-Guerra, pela consensualização ideológica, entre destacados elementos das elites nacionalistas (incluindo republicanos moderados), à volta de algumas ideias essenciais: moral cristã, patriotismo, culto a Nun'Álvares, Estado unitário, Nação imperial, regime republicano presidencialista, governo com forte componente de técnicos (o propalado "ministério nacional das competências"), regime de separação entre o Estado e as Igrejas (com crescente audiência do concordatismo de separação jurídica), corporativismo (representação institucional de corpos sociais intermédios) e formulação de um projecto de desenvolvimento económico-social com intervenção estadual. Esses tópicos de um programa nacionalista de síntese foram em grande parte recolhidos e divulgados nos nacionalismos conservadores da Liga Nacional (1915-1918), da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira (1918-1938) e do Centro Católico Português (1917-1926), convergindo no ideário nacionalista sincretístico do "Estado Novo".

Alguns nacionalismos políticos e culturais promoveram retóricas sobre o "homem providencial", que nos resgataria da decadência provocada por sucessivos naufrágios, favorecendo vários deslumbramentos de messianismo político e de redentorismo social. Pode-se surpreender narrativas legitimadoras em torno de alguns modelos considerados exemplares, como as que heroizaram Mouzinho de Albuquerque, João Franco, Afonso Costa, Paiva Couceiro, Sidónio Pais, Cunha Leal, Gomes da Costa ou Oliveira Salazar. Evocava-se frequentemente um novo Nun'Álvares ou um novo D. Sebastião, manifestando-se assim o "mito do Salvador" (chefe-Estado), tendo acoplado o "mito da Unidade" (sociedade-Nação), particularmente evidente nos momentos de desregulação do sistema político e de crise económico-financeira.

Em 1918, surgiram no interior do campo nacionalista católico fortes advertências à tentação messiânica da “República Nova” de Sidónio Pais, numa altura em que se esboçava a construção de uma ampla frente de convergência nacionalista, para uma nova síntese político-ideológica de matriz republicana presidencialista. Sidónio desenvolvia pelo País uma liderança carismática e populista, eivada do “messianismo” que seduzia alguns homens públicos, como diagnosticaria Egas Moniz ⁹³, e a exortação crítica, dentro das suas redes sócio-políticas de apoio, estava claramente estampada num artigo publicado na revista bracarense *Ilustração Católica*: “Um dos grandes males da nossa terra é o *messianismo*. Os portugueses confiam demasiado no esforço alheio e nada esperam do esforço próprio. [...] esperam sempre o salvador [...]. São restos de sebastianismo corroendo ainda toda a energia duma raça, é ainda o pitoresco Bandarra cantando a uma nação inteira as loas perigosas duma passividade fatal [...]. Esperamos, esperamos sempre, a revelação do homem messiânico, que nos venha amarrar ao atoleiro [...]” ⁹⁴.

Ao longo dos anos 20 esta atitude crítica generalizou-se, em conexão directa com o ressurgimento apologético do “homem providencial” no campo nacionalista crítico do regime da I República, revelando o periodismo político-cultural e os movimentos revolucionários vários candidatos a “Chefe nacional”, uns civis, outros militares. O republicano José Osório de Oliveira encontrava a explicação para esse messianismo (religioso, patriótico ou político) na “face elegíaca da nossa alma”, que contrapunha à “face trágica” da alma espanhola, messianismo que produzia messias, divinizados misticamente ⁹⁵. Na sessão parlamentar de 9 de Janeiro de 1924, o deputado António Lino Neto, notabilidade destacada do Centro Católico Português, seguindo a visão crítica que a Igreja Católica tinha do messianismo político – admitindo somente o messianismo divino ⁹⁶ –, expunha a recusa frontal às revoluções, às ditaduras e à espera do mes-

⁹³ Egas Moniz, *Um Ano de Política*, Lisboa, Portugal-Brasil Limitada-Sociedade Editora, 1919, p. 86.

⁹⁴ J. de Faria Machado, “O Messianismo”, *Ilustração Católica*, Braga, ano V, nº 260, 22 de Junho de 1918, p. 608.

⁹⁵ José Osório de Oliveira, “Caracteres racionais. A Alma da Espanha. Misticismo e messianismo. Os seus crentes e os seus heróis”, *Diário de Lisboa*, Lisboa, ano 2º, nº 411, 5 de Agosto de 1922, p. 3.

⁹⁶ Para a relação entre o religioso e o político, no século XX, cf. António Matos Ferreira, “Catolicismo”, *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII (Coordenadores: António Barreto e Maria Filomena Mónica), Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 257-269.

sias, pois o “Messias, o Encoberto, o Salvador, está dentro de cada um de nós [...]”⁹⁷. Em 1925, o jornal “oficial” católico *Novidades*, em editorial, continuava a alertar a elite e o povo católico para o perigo messiânico civil-militar: “[...] enquanto toda a gente nesta hora confia no *encoberto*, nós cada vez esperamos menos em *messias*. A salvação do país ou se fará pela união, organização e cooperação dos valores morais (não dizemos dos conservadores) que ainda existem em todos os campos, ou não haverá remédio senão nos caminhos que a Providência conhece e às vezes levam os povos pelas catástrofes para a ressurreição. Estes, porém, só a Deus pertencem”⁹⁸.

Durante o tempo forte da dinâmica cultural contemporânea a Nun'Álvares, que decorreu entre 1918 e 1940, uma das conclusões essenciais que se pode tirar é esta: toda a ritualização cívica e religiosa praticada contribuiu para a articulação institucional entre a Igreja Católica, as Forças Armadas e a Administração Pública, enraizando em áreas da elite nacionalista, que serão importantes segmentos da elite do “Estado Novo”, uma imagem orgânica e funcional do Poder.

⁹⁷ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 17, de 9 de Janeiro de 1924, p. 19.

⁹⁸ Cf. Editorial “Desorientação”, *Novidades*, Lisboa, ano III, nº 438, 12 de Março de 1925, p. 1.